

ABA-ANALISE DE COMPORTAMENTO APLICADA



O que é ABA e quais suas características?

A análise do comportamento aplicada, muito conhecida pela sigla ABA, é uma área de conhecimento que desenvolve pesquisas e aplicações a partir dos princípios básicos da ciência da Análise do comportamento. Ao longo de mais de 50 anos de pesquisas científicas, controladas e confiáveis, foram descobertos diversos princípios básicos que influenciam o comportamento humano. Por exemplo, foi descoberto que diferentes tipos de consequências aumentam ou diminuem a probabilidade de comportamentos ocorrerem no futuro. Também foi descoberto que diferentes tipos de condições antecedentes, motivadoras ou não, aumentam ou diminuem as chances de determinados comportamentos ocorrerem.

A partir desses e de outros princípios, que serão explicados de forma intuitiva posteriormente, uma série de tecnologias foram elaboradas para desenvolver repertórios comportamentais saudáveis e eficazes nas mais diversas populações. Vocês notaram que até agora não mencionamos nada de autismo? Pois é, a Análise do Comportamento Aplicada, ou ABA, pode ocorrer com diversas populações e em diversos contextos! Onde houver comportamento humano, ali pode haver ABA.

A ABA não é um método ou pacote de intervenções fechado, ela é uma área de investigação e aplicação dinâmica que evolui na medida em que novos princípios comportamentais são descobertos por meio de pesquisas científicas da Análise do Comportamento. Tudo bem, mas onde entra o autismo? Um dos principais processos comportamentais estudados pela Análise do Comportamento, como um todo, é a aprendizagem. O conceito de aprendizagem também será abordado de forma intuitiva posteriormente.

Quando falamos de autismo, estamos diante de um diagnóstico baseado em déficits e excessos comportamentais, por exemplo, ausência de comunicação. Ah, nós também vamos recapitular quais os critérios diagnósticos ao longo dos vídeos. Quando falamos de déficits e excessos comportamentais, nós pensamos em formas de desenvolver tais déficits e diminuir tais excessos.

Acontece que anos de pesquisa sobre os princípios envolvidos na aprendizagem de novos comportamentos coloca a ABA em uma posição privilegiada para desenvolver estratégias de ensino eficazes até para os casos mais desafiadores. Não deixe de conferir nossas aulas e aprender estratégias de ensino que você poderá desenvolver junto às pessoas com autismo que você tem contato.

Análise do Comportamento Aplicada (aba) e Autismo

A ABA tem como objetivo atuar em prol do desenvolvimento do autista – desde a infância à idade adulta – com o uso de técnicas que possibilitem ampliar a capacidade cognitiva, motora, de linguagem e de integração social, procurando reduzir por meio de práticas de repetição e esforço comportamentos negativos que possam causar danos ou interferir no processo de aprendizagem podendo auxiliar no aperfeiçoamento de habilidades básicas, como olhar, ouvir e imitar, ou complexas, como ler, conversar e interagir com o outro.

Nas intervenções da dinâmica da ABA são avaliados determinados dados que possibilitam verificar se o comportamento está mudando na direção esperada e os objetivos estão sendo alcançados. As dinâmicas que compreendem a prática podem ser ministradas em casa, em escolas ou em clínicas especializadas e envolvem até 40 horas por semana de terapia individualizada.

Geralmente as atividades de ABA envolvem os seguintes elementos:

Gerenciamento de comportamentos: em caso de comportamento positivo, há uma recompensa como forma de estimular determinada prática. Com a terapia ABA, a expectativa é que esta atitude seja repetida posteriormente. E, em alguns casos, se houver comportamento negativo, como meio de inibir tal atitude, pode haver repreensão.

Ensino de habilidades que estimulem atitudes positivas: ensinar habilidades que permitem que os indivíduos sejam mais bem-sucedidos e menos dependentes do comportamento problemático que pode gerar atitude negativa para atender às suas necessidades

Idealmente, é indicado que a ABA tenha início antes dos quatro anos de idade, mas pode ser aplicada em outras fases da vida também. De acordo com a Autism Speaks, instituição que – entre outras competências – financia pesquisas sobre ABA, a análise de comportamento aplicada é reconhecida como um tratamento seguro e eficaz para o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).

Como os aspectos que envolvem o TEA são heterogêneos, ou seja, há especificidades de pessoa para pessoa, o ideal é conversar com o médico e a equipe de profissionais que acompanha a criança com TEA para que junto à família possam saber como a ABA poderá auxiliar e, assim, encontrar a terapêutica que melhor se adequa às necessidades individuais do autista e que poderá auxiliar em seu desenvolvimento.

Por que ABA pode ser uma boa opção terapêutica?

No artigo “10 motivos pelos quais as crianças com autismo merecem ABA”, publicado na revista Association for Behavior Analysis International, a autora e pesquisadora Mary Beth Walsh, do Departamento de Filosofia e Teologia, Caldwell College, elenca algumas das razões – além do olhar da ciência – que atribuem à ABA ser uma boa escolha terapêutica para casos de TEA. Entre os pontos por ela abordados temos:

Crianças com autismo merecem acesso à ABA porque poderá auxiliar seus pais a se tornarem melhores pais para elas – “Nós, pais de crianças com autismo, temos que trabalhar mais para garantir que nossos filhos aprendam tudo o que puderem, alcancem seu potencial, e quando confiamos na ABA para medir o progresso e orientar o ensino, sabemos que estamos fazendo toda a diferença que podemos”, relata ela.

As crianças com autismo merecem ABA porque ajudará a ensinar a eles a dormir durante a noite e usar o banheiro – por meio da ABA é possível saber se as orientações provenientes da intervenção dos pais para ensinar como dormir ou usar o banheiro estão no caminho certo. “Os dados revelaram padrões comportamentais que orientaram nossa intervenção. Os dados nos mostraram o que fazer. Os dados demonstraram que nosso filho tem essa habilidade –

uma habilidade muito importante! Ele pode ir ao banheiro independentemente, relata a pesquisadora.

As outras razões incluem aspectos como fazer amigos com mais facilidade; aproveitar suas competências já adquiridas; para que possam se tornar mais independentes e estarem preparadas para o dia em que não tiverem mais seus pais ou cuidadores; e para advogarem em defesa de seus direitos.

Tratamento Baseado na ABA (Análise do Comportamento Aplicada) x Tratamentos “ABA-LIKE ”

Com a disseminação do tratamento ABA para pessoas diagnosticadas com o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) percebo que muitos pais, terapeutas (profissionais da saúde e/ou da educação) e médicos acabam fazendo o uso desta sigla indiscriminadamente. Os pais vão em busca de tratamentos ABA para seus filhos diagnosticados no espectro e os terapeutas tentam corresponder à demanda de mercado denominando seus atendimentos como ABA. Os médicos, por sua vez, que prescrevem o tratamento aos seus pacientes, também acabam tendo dificuldade em identificar quais profissionais disponíveis no mercado fazem realmente o que esse tratamento tem de melhor a oferecer: Seu compromisso com a ciência.

No Brasil, temos uma problemática adicional: Não há um órgão que regule a formação de um profissional para atuar nessa abordagem. A grosso modo, cabe ao terapeuta o compromisso ético de cada um dizer se é capaz de realizar um tratamento de acordo com os preceitos dessa abordagem, ou não. E cabe, também, à comunidade de analistas do comportamento, divulgar a disciplina, seus preceitos filosófico, teórico, metodológico e aplicado.

Tenho visto, infelizmente, terapeutas que dizem fazer ABA, mas não sabem o que é o Behaviorismo Radical, tampouco o que é Análise Experimental do Comportamento e que, provavelmente, nunca leram um texto de Skinner.

Terapeutas que, por pré-conceito e/ou desconhecimento da abordagem, dizem fazer um ABA “à sua maneira”, um “ABA light” (menos rígido?) ou que incorporam “algumas técnicas da ABA”, sem qualquer compromisso com a Análise Experimental do Comportamento. Já antecipo que isso não é ABA! E, se a ABA tem alguma rigidez, esta se refere às dimensões analítica, tecnológica e aplicada, indispensáveis à efetividade do tratamento. Assim, com este texto, tenho como objetivo resgatar ao leitor os precursores da ABA: o Behaviorismo Radical e a Análise Experimental do Comportamento a partir das contribuições de B. F. Skinner (1938, 1945, 1953 e 1974). Ao final do texto, espero que meus leitores consigam diferenciar entre um tratamento fundado e pautado na ABA de um tratamento ABA-like (em outras palavras, “não ABA”).

O Behaviorismo Radical

Na primeira metade do século XIX, a Psicologia era influenciada pela corrente mentalista de compreensão do comportamento humano: Existia uma mente (ou uma alma) causadora/impulsionadora das atitudes e comportamentos. Esses, por sua vez, eram expressos no mundo físico. Para acessar a faculdade mental era necessário recorrer à introspecção (olhar para dentro da mente e descrever o que lá ocorria).

Skinner (1945), influenciado pela fisiologia e pela teoria da seleção e evolução natural de Darwin desenvolveu uma filosofia da ciência própria para compreender e estudar o comportamento das espécies: O Behaviorismo Radical.

A fisiologia, nesta ocasião, estudava os comportamentos reflexos e explicava-os olhando para o ambiente, para os estímulos que antecediam o comportamento. Skinner ampliou a compreensão do comportamento humano quando definiu o comportamento operante. Para ele, além dos comportamentos reflexos, existiam comportamentos que não eram

determinados única e exclusivamente pelos estímulos antecedentes: Existiam comportamentos, aliás, a maior gama deles, que eram sensíveis às alterações ambientais que ocorriam após a emissão dos mesmos. Alterações, estas, que tinham o papel de selecionar e fortalecer os comportamentos mais adaptativos em um dado contexto. Essa visão de comportamento foi fundamental para marcar um novo método para estudar o comportamento: Devemos olhar para as variáveis ambientais, que ocorrem fora do indivíduo, e entender a relação entre elas.

Ainda, para Skinner, nossos comportamentos encobertos (sentimentos, idéias, crenças), privados ou subjetivos (comportamentos que ocorreram no passado, por exemplo) também deveriam ser estudados dentro desta proposta. Assim, eles não teriam um status causal de outros comportamentos. Nestes casos, temos um acesso limitado aos eventos privados, mas eles também podem ser explicados dentro de uma análise de relações entre estímulos ambientais. A diferença entre um sentimento de “raiva” e um “empurrar alguém” está no grau de acesso que nós (comunidade) temos a eles e/ou podem ser estudados a partir da compreensão do comportamento verbal.

Esclarecida a questão do objeto de estudo (comportamento enquanto interação entre o organismo e o ambiente) e a questão do método de estudo (análise da relação entre as variáveis ambientais), falta esclarecer a questão sobre as causas do comportamento humano, até então explicadas por correntes mentalistas ou mecanicistas (os pensamentos e sentimentos, de natureza mental, causam os comportamentos de natureza física ou material). Skinner (1945, 1974) postulou que o comportamento é produto de três níveis de seleção: 1) da história genética da espécie, transmitida ao longo das gerações; 2) da história operante e individual de seleção de comportamentos a partir das consequências por ele produzidas e, por fim, nossos comportamentos são produto de nossa 3) cultura, dos conhecimentos acumulados e transmitidos ao longo das gerações.

A Análise Experimental do Comportamento

Esta nova compreensão de comportamento humano foi determinante para que Skinner delineasse seu novo método de estudo, dentro de uma proposta científica: A Análise Experimental do Comportamento (AEC) (SKINNER, 1938). A AEC teve como objetivo investigar de maneira mais precisa e confiável as relações entre o comportamento e o ambiente e com isso conceitualizar e aprimorar as leis empíricas do comportamento.

A AEC tem como principais características: Cada indivíduo deve ser observado de maneira intensiva e sempre comparado com ele mesmo – metodologia do sujeito único (versus grupo de indivíduos); o experimentador pode confiavelmente demonstrar relações funcionais entre os comportamentos-alvo (VD) e os eventos manipulados (VI); a medida da VD é a frequência ou taxa de respostas; a VI (ou o procedimento) deve ter carácter tecnológico (descrito de modo a ser replicável); o contexto no qual o indivíduo é estudado, deve conter o mínimo de interferências possíveis, garantindo que as alterações na frequência das respostas sejam produto da intervenção (e não de outra variável não controlada) e também é determinante a apresentação dos dados em gráficos (versus análise estatística). (Matos, 1995).

Até a década de 60, os maiores propósitos dos cientistas da AEC eram produzir dados conceituais e metodológicos. No entanto, a partir da década de 60, a AEC começou a ser aplicada para resolver problemas cotidianos. Uma nova disciplina foi, então, sendo estabelecida: A Análise do Comportamento Aplicada (ABA). (Kazdin, 1978).

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA)

A aplicação da metodologia da AEC com o intuito de resolver questões cotidianas foi batizada, pelo menos formalmente, como ABA em 1968 no capítulo

inaugural da revista Journal of Applied Behavior Analysis (Baer, Wolf e Risley, 1968).

A ABA propõe o mesmo desafio da AEC, ou seja, dar prosseguimento à utilização do método, mas para a área aplicada: A importância última é a relevância social e não a produção de conhecimentos teóricos ou novas descobertas. Todas as mudanças comportamentais produzidas a partir da tecnologia, são descritas em termos dos princípios comportamentais relevantes, à luz dos conceitos da Análise do Comportamento. Além disso, na ABA, há o compromisso com a generalidade das modificações comportamentais produzidas. Não adianta apenas demonstrar e modificar relações funcionais em um único contexto. As modificações devem se estender para os diferentes ambientes que as pessoas vivem, devem perdurar no tempo e devem possibilitar que novas habilidades possam continuar sendo desenvolvidas em prol de cada indivíduo.

Infelizmente, quando um terapeuta diz aplicar um “ABA light” ou “seguir algumas propostas da ABA, como por exemplo a aplicação de algumas técnicas da ABA”, acredito estar se tratando de um profissional oportunista. Não há como dispensar qualquer aspecto da ABA, sem prejuízo ao paciente. Não há o que flexibilizar! Ou você é analítico e consegue demonstrar relações de seus procedimentos com o comportamento-alvo ou você é charlatão. Não há “achismos” ou “impressões” na ABA; há verdades demonstráveis. Podemos, porventura, até não acertar o caminho de primeira (e os dados apontarão isso), mas devemos conseguir tomar decisões mais seguras a partir de então. Em termos práticos, gostaria de alertá-los que a ABA envolve: Definição clara dos objetivos terapêuticos (o que se pretende ensinar e quais comportamentos deverão ser minimizados), descrição dos procedimentos que estão sendo implementados, registro sistemático de respostas-alvo, análise de dados apresentadas em relatórios, participação de todos os integrantes da equipe nas metas e procedimentos. Ainda, no caso do tratamento do TEA na primeira infância, 40 horas semanais de ABA (dentro e fora do contexto terapêutico). Para tanto, é indispensável a participação dos profissionais da escola, dos pais e cuidadores em todo o plano de trabalho.

Por fim, concluo, dizendo que todos têm o direito de escolher o tratamento que deseja ao seu filho ou do seu paciente. Mas se a escolha é ABA, não é honesto receber um tratamento ABA-like. Este último pode ter duas consequências irreversíveis: Primeiro, causar danos para a pessoa em tratamento e, segundo, produzir descrença e disseminação equivocada de um tratamento muito promissor. Intervenções baseadas na ABA têm sido consideradas tratamentos de primeira linha para o autismo na primeira infância (McEachin, Smith e Lovaas, 1993; Vismara e Rogers, 2010; Howard et al., 2014; Virués-Ortega, 2010), mas não do ABA-like!

Análise do comportamento aplicada

Análise Comportamental Aplicada e Educação Especial:

A origem da Análise do Comportamento nos remete a cientistas e filósofos que influenciaram o pensamento do maior colaborador da área, B. F. Skinner (1904 – 1990). Segundo Michael (1993), a Análise do Comportamento não se restringe a B. F. Skinner, entretanto seu repertório intelectual teve um papel importante no desenvolvimento da área. Em 1938 os conceitos básicos que ainda hoje fazem parte da Análise do Comportamento foram apresentados através da publicação do livro O Comportamento dos Organismos. Em 1950, a publicação do livro Princípios da Psicologia (Keller and Schoenfeld, 1950) veio acrescentar dados obtidos em laboratório, aos métodos, conceitos e princípios apresentados por Skinner em 1938.

Entre os eventos que geraram a formação da Análise Comportamental Aplicada encontra-se a publicação do livro Ciência e Comportamento Humano (Skinner, 1988/1953). A partir desse específico momento, os leitores foram capazes de identificar a vasta aplicação dos princípios do comportamento, e de lidar de modo competente com quase qualquer aspecto do comportamento humano. No final dos anos 50, o aumento no número de pesquisas realizadas na área de educação especial e comportamento delinqüente, contribuiu para a criação do Journal of Applied Behavior Analysis (JABA) em 1968. A criação

dessa revista foi especialmente importante porque veio a publicar pesquisas relevantes na área da Análise Comportamental Aplicada.

A Análise Comportamental Aplicada utiliza-se de métodos baseados em princípios científicos do comportamento para construir repertórios socialmente relevantes e reduzir repertórios problemáticos (Cooper, Heron, & Heward, 1989). Frequentemente, a população indicada para receber serviços oferecidos pela educação especial apresenta repertórios “falhos”, ou seja, apresentam uma ausência de comportamentos relevantes, sejam eles sociais (tais como contato visual, habilidade de manter uma conversa, verbalizações espontâneas), acadêmicos (pré-requisitos para leitura, escrita, matemática), ou de atividades da vida diária (habilidade de manter a higiene pessoal, de utilizar o banheiro). Ainda, essa mesma população apresenta alguns comportamentos em “excesso”, ou seja, emitem comportamentos tais como agressões, estereotipia, autolesões, agressões verbais, fugas. A Análise Comportamental Aplicada oferece, portanto, ferramentas valiosas para a educação especial.

A partir do reconhecimento da importância da Análise Comportamental Aplicada surgiram muitas escolas que seguem seus princípios básicos: ensino de unidades mínimas passíveis de registro, ensino de habilidades simples e complexas em pequenos passos, uso de reforçamento positivo, ênfase na importância da consistência entre as pessoas que têm contato com o aluno, relevância da função do comportamento emitido, etc. Cada nova habilidade é ensinada (geralmente em uma situação de um aluno com um professor) via a apresentação de uma instrução ou dica, e às vezes o professor auxilia a criança, seguindo uma hierarquia de ajuda pré-estabelecida. As respostas corretas são seguidas por consequências que no passado serviram de consequências reforçadoras, ou seja, consequências que aumentaram a frequência do comportamento. É muito importante fazer com que o aprender em si torne-se gostoso (reforçador). As respostas problemáticas (tais como agressões, destruições do ambiente, autolesão, respostas estereotipadas, etc.) não são reforçadas, o que exige uma habilidade e treino especial por parte do profissional. As tentativas de ensino são repetidas muitas vezes, até que a criança atinja o critério de aprendizagem estabelecido (geralmente envolve a demonstração de uma habilidade específica por repetidas vezes, sem erros).

Todos os dados (cada comportamento emitido pela criança) são registrados de forma precisa, e de tempos em tempos (de preferência semanalmente) são transformados em gráficos que demonstram de modo mais claro o progresso daquela criança em cada tarefa específica. É interessante notar que o modelo experimental desse tratamento permite identificar erros, buscando corrigi-los através de mudanças no ambiente.

Baseado nas pesquisas iniciadas no começo da década de 70, em 1987, Ivar Lovaas publicou um primeiro estudo realizado na Califórnia, Estados Unidos, no qual apresentou resultados validando o uso de princípios comportamentais no ensino de crianças diagnosticadas com autismo: 19 crianças que receberam tratamento intensivo baseado na Análise Comportamental Aplicada (ABA) 47% (9 alunos) foram completamente reintegrados na escola regular. Muita controvérsia seguiu esta publicação, mas ao mesmo tempo um número crescente de escolas especializadas em ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA foram criadas. As escolas especializadas que surgiram desde esta época ainda oferecem ensino com qualidade e estão constantemente tornando público os resultados obtidos.

Podemos citar, entre as escolas mais conhecidas em todo o mundo: PCDI (New Jersey, EUA), NECC (Massachusetts, EUA), Spectrum Center (Califórnia, EUA), Jericho School (Flórida, EUA), STARS (Califórnia, EUA), Ann Sullivan (Peru e Brasil), e mais recentemente a AMA (São Paulo, Brasil). A organização dessas escolas é diferente em cada uma delas, e depende de uma série de aspectos que vão desde aspectos financeiros, espaço disponível, filosofia da escola, idade e habilidade inicial dos alunos, repertório comportamental dos alunos, e leis governamentais. Algumas dessas escolas trabalham apenas com crianças diagnosticadas com autismo e outras atendem um público mais diversificado. Todas elas utilizam a metodologia gerada pela pesquisa na área de ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA e educação especial.

Estrutura educacional em escolas especializadas em ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA:

Uma das maiores discussões na área da educação especial envolve o número de profissionais necessários para que o ensino de cada aluno seja o melhor possível, ou seja, eficiente e de qualidade. Para que tal qualidade seja garantida, é importante estudar a melhor estratégia para acomodar a necessidade de cada aluno individualmente. Há alunos que podem se beneficiar de situações de um professor para um aluno (1:1) (Fig. 1), há alunos que, por outro lado, se beneficiarão de situações de grupos pequenos ou grupos grandes (1:2 até 1:5). O objetivo final será sempre incluir o aluno naquele ambiente que se aproxima cada vez mais ao ambiente “natural” (escola regular, pública ou privada).

Sendo assim, mesmo que um aluno receba tratamento baseado em uma necessidade de instrução 1:1, o objetivo final será o de progredir com o tempo para grupos pequenos (1:2), para grupos grandes (1:3 a 1:5) e finalmente para inclusão (ex., Krantz & McClannahan, 1999). É interessante notar que muitos pais e representantes dos alunos defendem o serviço 1:1 sem questionar que o melhor para a criança será um ambiente menos intrusivo e mais semelhante ao ensino regular. De fato, há crianças que necessitam um ambiente de ensino mais controlado (situação 1:1) para que alcancem maior independência no futuro. Somente após possuírem habilidades básicas (como sentar, realizar contato visual, esperar pela sua vez, imitar, seguir movimentos com os olhos e responder a instruções simples) é que estas crianças poderão passar a aprender em situações de grupo. É importante destacar que as habilidades aprendidas em situações de 1:1 e em pequenos grupos nem sempre são generalizadas para situações diferentes da de aprendizagem. A generalização de habilidades aprendidas requer, muitas vezes, treino específico.

Outra discussão presente na área referente à qualidade do ensino é o treino dos professores que trabalham diretamente com as crianças. É fundamental que os professores sejam treinados por profissionais qualificados e que a supervisão seja uma atividade constante. (ex., Page, Iwata, & Reid, 1982).

Um outro aspecto interessante, presente na maioria das escolas aqui citadas, é o trabalho realizado em conjunto com outros profissionais tais como

fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, e professores de educação física. Esses são serviços que vêm sendo oferecidos nessas escolas e que têm trazido bons resultados quando pareados com ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA. Esses profissionais multidisciplinares são treinados para seguir os princípios derivados da Análise do Comportamento e para serem consistentes com os procedimentos prescritos para cada aluno. Dessa maneira, a qualidade e consistência do serviço prestado é mantida e os alunos recebem serviços complementares que visam o trabalho de habilidades específicas necessárias para cada um deles. Por exemplo, fonoaudiólogos e analistas do comportamento podem trabalhar com meios de comunicação alternativa tais como a introdução de PECS (vide Miguel, Braga-Kenyon e Kenyon, neste volume) equipamentos adaptativos, tais como computador com touchscreen e/ou output para som. Já o professor de educação física pode trabalhar em áreas de coordenação motora fina, grossa, além de adaptar equipamentos como cadeiras de roda e andadores.

Alguns Pressupostos Básicos Adotados por Escolas Especializadas em ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA.

Para oferecer uma educação baseada na Análise Comportamental Aplicada essas escolas partem de alguns pressupostos básicos que geram práticas que são comuns a todas elas.

Os comportamentos observados são vistos como passíveis de serem modificados, e a emissão de comportamentos considerados inadequados não é vista como sintoma de uma doença. A ausência de comportamentos não é vista como imutável. O diagnóstico é visto como procedimento necessário na busca de recursos financeiros, mas não dita a prática do analista do comportamento.

A principal característica do trabalho realizado pelo analista do comportamento é o comprometimento com a premissa de que TODO comportamento possui uma função (causa). Por exemplo, uma criança que se morde pode parecer

“estranha”, mas ao analisarmos a função daquele morder, podemos verificar, que ela se morde e imediatamente recebe atenção dos pais. Se essa mesma criança não for ensinada a buscar essa atenção de uma forma mais aceitável, teremos que concordar que não é “estranho” que ela se morda, pois afinal, o fato dela continuar se mordendo indica que esse comportamento produz a consequência “atenção” e, portanto, o se morder tem essa função.

A emissão de comportamentos pode produzir diversas consequências, e baseado na 1) relação entre a situação em que o comportamento é emitido, 2) o comportamento em si, e 3) a consequência de tal comportamento, podemos investigar o que mantém tal comportamento, ou seja, qual é a sua função.

Análise Funcional do Comportamento e o Ensino de Respostas Alternativas:

Uma das propostas da análise do comportamento é a de identificar relações funcionais entre comportamentos problemáticos e eventos ambientais específicos. Em 1994, Iwata, Dorsey, Slifer, Bauman, e Richman propuseram uma metodologia específica para examinar os efeitos entre mudanças ambientais e a emissão de respostas de autolesão. Iwata et al (1994) discutem o fato de que respostas de autolesão, nos últimos 15 anos, têm sido tratadas com maior sucesso quando os tratamentos propostos são baseados em princípios comportamentais. Os resultados apresentados na literatura sobre os tratamentos existentes (DRO, extinção, timeout, overcorrection) são controversos. Iwata et al (1994) destacam que as falhas ou inconsistências dos tratamentos descritos na literatura podem estar refletindo uma falta de conhecimento das variáveis que produzem ou mantêm as respostas de autolesão. Sendo assim, para que se escolha um tratamento potencialmente efetivo, teríamos, primeiramente, que determinar quais são os eventos que atualmente mantêm tais comportamentos.

A conclusão da necessidade de se conhecer as variáveis que determinam a emissão de um comportamento específico é válida para qualquer comportamento. Os comportamentos considerados inadequados (agressão, autolesão, fuga, estereotipia, birra) podem ser mantidos por diferentes variáveis, entre elas: a) atenção: o indivíduo pode receber atenção imediatamente após à emissão de comportamentos inadequados; b)

esquiva/fuga: o indivíduo pode evitar ou terminar uma situação aversiva caso emita o comportamento não adequado; c) estimulação: o indivíduo pode se auto-estimular caso emita o comportamento inadequado; d) busca de objeto preferido: o indivíduo pode emitir o comportamento não adequado visando receber de volta um objeto preferido que tenha sido removido; e) multideterminado: há ainda comportamentos que exercem mais de uma função ao mesmo tempo, ou seja, o comportamento inadequado pode ao mesmo tempo trazer atenção e o objeto preferido, ou trazer auto-estimulação e fuga.

A análise do comportamento pressupõe, portanto, que é fundamental conhecer a(s) variável(eis) que mantém o comportamento, e a partir desse conhecimento, propor formas alternativas de se conseguir a mesma consequência com um comportamento diferente. Por exemplo, se uma criança emite agressões e tem como consequência a atenção de todos os professores, poderíamos inferir que o que mantém essa criança emitindo agressões é a atenção recebida, assim, é possível propor o ensino de formas mais adequadas de se “buscar” a atenção dos outros (ex: levantar a mão, cutucar o ombro, chamar o professor).

Descobrir quais são as variáveis que mantém o indivíduo se comportando de determinada maneira não é uma tarefa simples e nem a única a ser desempenhada pelo analista do comportamento. Ensinar formas alternativas de comunicação e, portanto, formas mais aceitáveis de se obter O MESMO que se vinha obtendo via comportamento inadequado é, sem dúvida, mais uma das responsabilidades do analista do comportamento. Descobrir qual é a função de um comportamento que observamos, ou seja, entender o porque da emissão daquele comportamento (análise funcional) é uma tarefa que pode ser realizada de diferentes maneiras. O modo mais científico, e portanto mais preciso, tem sido denominado “análise funcional experimental” ou “análise funcional análoga”. Esse tipo de análise ocorre em um ambiente controlado e similar a um experimento. O estudo publicado por Iwata et al (1994) descreve detalhadamente cada fase de tal análise. A idéia básica desta metodologia é a de que é possível criar um ambiente controlado em que todos os comportamentos (ex., comportamentos de agressão) são imediatamente seguidos por uma determinada 6 consequência. As consequências

apresentadas são alternadas (atenção, acesso a objeto preferido, fuga/esquiva) e o experimentador busca uma uniformidade no padrão de respostas/comportamentos. Por exemplo, se durante o procedimento de análise funcional o comportamento de agredir ocorrer mais frequentemente na situação em que a criança recebe atenção, assume-se que tal consequência é a responsável pela manutenção/ocorrência do comportamento no ambiente natural.

Existem outros procedimentos cujo objetivo também é o de determinar a função de um comportamento específico. Esses são procedimentos menos experimentais, mas que apresentam as vantagens de não necessitarem de treinos extensivos para sua implementação, podendo ser implementados no dia-a-dia do aluno. Dentre estes procedimentos encontram-se: entrevistas com os pais e professores (Fisher, Piazza, Bowman, & Amari, 1996), tabelas para identificar antecedentes, comportamento e consequências (ABC checklists) (Lerman, D. C., & Iwata, B. A., 1993), e tabelas para identificar padrões tais como horário, professor ou tarefa presentes no momento da ocorrência do comportamento (Kahng et al., 1998).

Como discutido anteriormente, uma vez determinada a função de um comportamento inadequado, o analista do comportamento deve ensinar comportamentos alternativos que possam gerar as MESMAS consequências que o comportamento inadequado gerava. Por exemplo, se descobrimos através de uma análise funcional, que um aluno emite comportamentos de autolesão (tais como mordidas na mão) e como consequência escapa das atividades propostas, podemos ensiná-lo a entregar ao professor um cartão pedindo um intervalo, ou ainda, um cartão pedindo uma tarefa mais fácil.

Ensinando Novas Habilidades Através do Uso de Reforçamento Positivo:

Finalmente, caberá também ao analista do comportamento, a tarefa de preparar o ambiente de forma que novas habilidades possam ser ensinadas. O analista do comportamento investiga quais são as habilidades presentes (repertório do indivíduo) e quais são os pré-requisitos para se ensinar habilidades subseqüentes. Para que o ensino de novas habilidades seja efetivo, o analista do comportamento terá que estudar minuciosamente os

procedimentos de ensino propostos pela Análise Comportamental Aplicada e adaptar individualmente cada procedimento.

Além de ensinar aos alunos “comunicação funcional” (Carr & Durand, 1985), o Analista do Comportamento deve identificar quais são as habilidades que o aluno apresenta e quais são as que precisa aprender. Habilidades básicas tais como contato visual, sentar independente, seguir instruções simples e imitação motora devem ser ensinadas, se necessário, antes de se introduzir habilidades descritas em um currículo mais intermediário, tais como reconhecimento de objetos, nomeação, reconhecimento de números, atividades da vida diária (por exemplo: escovar os dentes ou lavar as mãos) e, finalmente, as habilidades pertinentes a um currículo mais avançado, tais como gramática, conceitos matemáticos, emoções (Taylor and McDonough, 1994).

O ensino de comunicação funcional bem como o de novas habilidades deve ocorrer preferencialmente através do uso de reforçamento positivo (Sidman, 1989) e não através de métodos tais como coerção e punição.

Segundo Skinner (1988/1953):

... a única maneira de dizer se um dado evento é reforçador ou não para um dado organismo sob dadas condições é fazer um teste direto. Observamos a frequência de uma resposta selecionada, depois tornamos um evento a ela contingente e observamos qualquer mudança na frequência. Se houver mudança, classificamos o evento como reforçador para o organismo sob as condições existentes (p.81).

Testes para identificar possíveis reforçadores têm sido publicados em revistas especializadas em Análise Comportamental Aplicada (ex., Journal of Applied Behavior Analysis).

Pace, Ivancic, Edwards, Iwata e Page (1985) descrevem um procedimento que vem sendo extensamente utilizado. Nesse procedimento 16 possíveis itens reforçadores podem ser identificados para cada aluno, através da apresentação individual de cada um desses itens e do registro da interação do aluno com o mesmo. Fisher, Piazza, Bowman, Hagopian, Owens e Slevin

(1992) acrescentaram ao procedimento proposto por Pace et al (1985) um componente importante: a escolha. Fisher et al (1992) propõem a apresentação de dois itens por vez (também chamado de escolha forçada) e registram qual item é escolhido com maior frequência. De Leon e Iwata (1996) sofisticaram ainda mais os procedimentos que vinham sendo utilizados e propuseram a apresentação de sete itens por vez, possibilitando um estudo mais compreensivo de possíveis reforçadores.

A identificação de possíveis reforçadores é uma tarefa fundamental para garantir que os comportamentos a serem ensinados sejam efetivamente incluídos no repertório dos alunos. É importante destacar que o uso de reforçadores primários (tais como comida e bebida) podem levar à saciação, ou seja, uma criança que emite respostas corretas e ganha uma bala pode parar de emitir respostas corretas quando estiver “cheia” de balas.

Um procedimento frequentemente utilizado por analistas do comportamento para evitar que a criança fique “cheia” ou “cansada” com relação a um item específico e também para aumentar o número de respostas necessárias para receber tal item é denominado economia de fichas (ex., Myles, Moran, Ormsbee, & Downing, 1992). Esse procedimento pode ser descrito de maneira simples: cada vez que o aluno emite uma resposta correta o professor entrega a ele uma fichinha (que pode ser feita de materiais diferentes, tais como fichas de plástico, figurinhas). O aluno junta um número específico de fichinhas e as troca por guloseimas ou brinquedo(s) predileto(s). Além de evitar possível saciação, o uso do procedimento de economia de fichas apresenta uma série de vantagens, entre elas: o reforçamento ocorre de modo mais imediato, o procedimento é facilmente implementado em diferentes situações, pode ser correlacionado com reforço social (tal como elogios), além de ensinar o aluno a esperar pela compensação.

Quatro Passos Fundamentais

O uso da Análise Comportamental Aplicada voltada para a educação especial caracteriza uma prática científica que se baseia em 4 passos fundamentais: 1) avaliação inicial, 2) definição dos objetivos a serem alcançados, 3) elaboração de programas (procedimentos) e 4) avaliação do progresso. Desse modo,

quando trabalhamos com essa população, iniciamos o trabalho sempre pelo passo 1, avaliação do repertório inicial da criança. Avaliações iniciais do repertório do aluno servem para estabelecer uma linha de base, ou seja, para identificar o que o aluno sabe e o que não sabe, e ao mesmo tempo, para identificar que comportamentos inadequados o aluno emite. Uma vez realizada a avaliação inicial, o profissional deve seguir os passos 2, 3 e 4. É importante destacar que o processo não se encerra após o passo 4. O tratamento de crianças diagnosticadas com transtornos invasivos do desenvolvimento, quando baseado na Análise Comportamental Aplicada, caracteriza-se, assim como tal abordagem, pela constante mudança, experimentação, registro e mudanças.

Ao receber uma criança, o profissional encontra-se frente a um problema que envolve uma série de questões: Quem é essa pessoa? Quais são suas habilidades? Do que será que ela gosta? Será que ela fala? Como será que ela se comunica? E assim por diante. Essa tarefa de “conhecer” seu cliente parece assustadora, e nem sempre é fácil decidir por onde começar. Nos parece que faz parte dessa avaliação inicial, pelo menos, três etapas: 1) investigação dos “possíveis reforçadores” para essa criança específica. São os “possíveis reforçadores” que serão utilizados para ensinar novas habilidades para a criança em questão. É importante destacar que o “gosto” da criança varia com a passagem do tempo. Esse é o motivo pelo qual falamos que as etapas são repetidas ao longo do processo. É fundamental que esse teste seja repetido pelo menos uma vez por mês (quanto mais freqüente melhor); 2) também nesse primeiro encontro com a criança, o profissional precisa registrar, de modo preciso, os comportamentos que observa. É preciso então registrar de alguma maneira a forma e a freqüência dos comportamentos observados; 3) já sabemos, após as etapas 1 e 2, quais são “as coisas que essa criança gosta” e quais são os comportamentos que ela emite. Falta ainda conhecermos as habilidades de nossa criança: saberá ela ler? Escrever? Saberá os números, as letras? Será que ela consegue identificar diferentes figuras, objetos? O profissional, antes do primeiro encontro, deve preparar o material que irá utilizar. É importante que ele saiba conduzir testes, reforçar respostas alternativas, apresentar o material de modo “correto”. Tais habilidades têm que

ser ensinadas – o profissional necessita de um treino específico que envolve desde a apresentação do material para a criança, a preparação do ambiente até a deliberação do “reforço” no momento correto.

Agora que sabemos do que a nossa criança “gosta” e quais são suas habilidades (repertório inicial) iremos planejar o que pretendemos ensiná-la. Não adianta acharmos que vamos ensinar uma criança que não sabe os números a resolver problemas de matemática. A idade cronológica bem como a suposição de que essa criança deveria estar em “tal série” não garante que ela possua os pré-requisitos para tais habilidades. É fundamental que o profissional avalie todos os possíveis pré-requisitos de cada tarefa, e que escolha seus objetivos com base em tal avaliação. É comum que os primeiros objetivos escritos para uma criança com necessidade de educação especial sejam do tipo: aumentar o tempo que faz contato visual, aumentar o tempo em que permanece sentada, ensinar a “ligar” palavras ditadas com figuras, ensinar a “reconhecer” objetos, e assim por diante. Outras habilidades (objetivos) a serem ensinadas envolvem tarefas como a de ensinar a escovar os dentes, lavar as mãos, e assim por diante. Não podemos nos esquecer que será também um objetivo o de diminuir a frequência daqueles comportamentos indesejáveis (agressões, autolesões, destruições do ambiente, etc).

Com a lista de tarefas/objetivos que queremos ensinar nas mãos podemos nos perguntar: “e agora? Como faço para alcançar tal objetivo?”

Uma das características mais importantes da Análise Comportamental Aplicada é o fato de que cada tarefa sempre é ensinada dividindo-a em pequenos passos (Green, 1996). Desse modo, não esperamos que a criança aprenda “de uma vez” a reconhecer as figuras que apresentamos, por exemplo. Enquanto analistas do comportamento, sabemos que o processo é lento e que os profissionais tem que saber ensinar cada passo, por menor que esse possa parecer. Jamais podemos esperar que os comportamentos da criança mudem muito rápido: se hoje ela apresenta 25 agressões por dia, não podemos jamais achar que amanhã tal frequência será de duas agressões por dia. Por outro lado, o registro e a avaliação constante, nos permite verificar se a frequência

de respostas de agressão está, com o passar do tempo, diminuindo, o que parcialmente comprovaria a efetividade do programa (procedimento).

Cabe aqui ressaltar a importância da avaliação contínua. Se avaliássemos nossa criança apenas uma vez por mês, por exemplo, poderíamos chegar a conclusão de que ela não aprendeu aquilo que pretendíamos ensinar. Caso ela não tenha aprendido, um mês se passou e mudanças serão realizadas somente após este um mês em que a criança foi exposta a uma história de erros. Por outro lado, se avaliarmos essa criança durante cada sessão, ou seja, conforme vamos ensinando-a, aí sim poderemos identificar se o programa que escrevemos está funcionando ou não, e melhor que isso, teremos tempo de mudá-lo, adaptá-lo, transformá-lo de modo que seja efetivo e de que não ofereça uma história de erros. O registro de dados e, portanto, a avaliação contínua é uma das características fundamentais da Análise Comportamental Aplicada (ABA).

Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos.

O transtorno do espectro do autismo (TEA) é caracterizado por alterações qualitativas nas habilidades de interação social, dificuldades de comunicação e o engajamento em comportamentos repetitivos e estereotipados (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2000). O TEA pode afetar crianças de qualquer raça ou cultura e a expressão dos sintomas pode variar de leve a severo através dessas três áreas fundamentais (BERTOGLIO; HENDREN, 2009). Desse modo, os comportamentos, habilidades, preferências, funcionamento e necessidades de aprendizagem são diferentes de criança para criança e mudam ao longo do desenvolvimento (BOYD et al., 2008; LORD et al., 2000). Devido a variação na severidade dos sintomas, o transtorno do espectro do autismo representa um termo amplo que inclui, predominantemente, características diferentes de crianças com autismo clássico, síndrome de Asperger e transtorno invasivo do desenvolvimento sem outra especificação (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2000; LEACH et al., 2009).

A prevalência de crianças diagnosticadas com TEA vêm crescendo em todo o mundo. Estatísticas recentes estimam que 1 em cada 50 crianças em idade

escolar (6-12 anos) são diagnosticadas com autismo nos Estados Unidos (BLUMBERG et al., 2013; CENTER OF DISEASE CONTROL AND PREVENTION, 2013). No Brasil, não existe uma estimativa epidemiológica oficial (BRASIL, 2013), mas o número de brasileiros afetados pelo TEA também vêm aumentando, em parte pelo maior acesso à informações sobre o transtorno e à ferramentas de identificação precoce. O transtorno do espectro do autismo é um transtorno invasivo do desenvolvimento que persiste por toda a vida e não possui cura nem causas claramente conhecidas. No entanto, sabe-se que intervenções e métodos educacionais com base na psicologia comportamental têm demonstrado reduzir os sintomas do espectro do autismo e promover uma variedade de habilidades sociais, de comunicação e comportamentos adaptativos. Esse método de intervenção e ensino é conhecido como a análise do comportamento aplicada ou ABA, sigla em inglês para Applied Behavior Analysis. (HOWARD et al., 2005; LANDA, 2007; VIRUES-ORTEGA, 2010; VISMARA; ROGERS, 2010).

Características gerais de uma intervenção baseada na ABA tipicamente envolvem identificação de comportamentos e habilidades que precisam ser melhorados (por exemplo, comunicação com pais e professores, interação social com pares, etc.), seguido por métodos sistemáticos de selecionar e escrever objetivos para, explicitamente, delinear uma intervenção envolvendo estratégias comportamentais exaustivamente estudadas e comprovadamente efetivas. Além disso, ABA é caracterizada pela coleta de dados antes, durante e depois da intervenção para analisar o progresso individual da criança e auxiliar na tomada de decisões em relação ao programa de intervenção e às estratégias que melhor promovem a aquisição de habilidades especificamente necessárias para cada criança (BAER, WOLF; RISLEY, 1968, 1987; HUNDERT, 2009). Por apresentar uma abordagem individualizada e altamente estruturada, ABA torna-se uma intervenção bem sucedida para crianças com TEA que tipicamente respondem bem à rotinas e diretrizes claras e planejadas (SCHOEN, 2003).

Sabe-se que o método ABA possui grande suporte científico e tem sido o método de intervenção mais pesquisado e amplamente adotado, sobretudo nos Estados Unidos, para promover a qualidade de vida de pessoas com transtorno

do espectro do autismo (GILLIS & BUTLER, 2007; LOVAAS, 1987; VAUGHN et al., 2003; VIRUÉS-ORTEGA, 2010; HOWARD et al., 2005; LANDA, 2007). No entanto, uma melhor e mais completa compreensão do ABA, enquanto método de intervenção em todas as suas dimensões e complexidade, requer o claro entendimento de sua base conceitual e dos princípios do comportamento que determinam a sua prática e fazem desta uma abordagem de intervenção efetiva, principalmente para pessoas com autismo. Portanto, nos propomos a seguir a introduzir brevemente, mas com maior profundidade, a definição, características e conceitos filosóficos que subjazem esta disciplina.

Inicialmente, a análise do comportamento aplicada pode ser definida como uma sistema teórico para a explicação e modificação do comportamento humano baseado em evidência empírica (HEFLIN; ALAIMO, 2007). Entretanto, uma completa definição da ABA requer o entendimento deste campo do conhecimento como uma abordagem científica, tecnológica e profissional. Como uma abordagem científica, ABA é definida como um método para avaliar, explicar e modificar comportamentos baseado nos princípios do condicionamento operante introduzidos por B.F. Skinner (SKINNER, 1953). Na perspectiva do condicionamento operante, os comportamentos são aprendidos no processo de interação entre o indivíduo e seu ambiente físico e social (SKINNER, 1953). Em outras palavras, o comportamento é influenciado pelos estímulos ambientais que o antecedem (chamados de antecedentes), e são aprendidos em função de suas consequências. Comportamentos que são seguidos por consequências que são especificamente agradáveis para o sujeito (por exemplo, atenção ou recompensa) tendem a ser repetidos e aprendidos, enquanto comportamentos que tem como consequência situações desagradáveis para o sujeito (por exemplo, uma reprimenda), tendem a não ser repetidos ou não aprendidos (ALBERTO; TROUTMAN, 2009). Considerando que esses princípios governam os comportamentos dos seres humanos, estes são entendidos como passíveis de predição, sendo que suas causas e funções podem ser identificadas nos eventos do ambiente (SKINNER, 1978). Portanto, ABA investiga as variáveis que afetam o comportamento humano, sendo capaz de mudá-los através da modificação de seus antecedentes (o que ocorreu antes e pode ter sido um possível gatilho para a ocorrência do comportamento)

e suas consequências - eventos que se sucederam após a ocorrência do comportamento, e que podem ter sido agradáveis ou desagradáveis determinando a probabilidade de que ocorram novamente (SUGAI, LEWIS-PALMER; HAGANBURKE, 2000). Para estes propósitos, ABA usa métodos experimentais e sistemáticos de observação e mensuração dos comportamentos, os quais são definidos como aquelas ações dos indivíduos que são passíveis de serem observadas e mensuradas (MAYER et al., 2012). Ao medir comportamentos observáveis, ABA assume uma abordagem conduzida pelos dados na avaliação e intervenção de comportamentos que são importantes para os indivíduos e para a sociedade (BAER, WOLF, RISLEY, 1968). Portanto, enquanto uma abordagem científica, ABA utiliza princípios derivados de investigações científicas e demonstra experimentalmente, através de dados empíricos consistentes, a eficácia dos procedimentos utilizados nas intervenções.

Na medida em que o conhecimento sobre como os comportamentos humanos são aprendidos e modificados são gradualmente produzidos em investigações experimentais, analistas do comportamento desenvolvem novos procedimentos e estratégias de intervenção para comportamentos que requerem atenção, tais como aqueles relacionados à habilidades acadêmicas, sociais e habilidades adaptativas de vida diária. Ao fornecer uma descrição específica, completa e cuidadosa de procedimentos baseados na evidência para modificar tais comportamentos, ABA é definida como uma tecnologia que é aplicada em situações de vida reais onde comportamentos apropriados e inapropriados podem ser melhorados, aumentados ou diminuídos.

Embora amplamente conhecida como um método de intervenção para pessoas com autismo (HOWARD et al., 2005; LANDA, 2007), ABA é uma tecnologia que pode ser aplicada à crianças e adultos com ou sem necessidades especiais em clínicas, escolas, hospitais, em casa, no ambiente de trabalho ou na comunidade (CAUTILLI, DZIEWOLSKA, 2008). Procedimentos usados pela ABA são baseados na avaliação detalhada das consequências que mantém os comportamentos de cada indivíduo e podem ser modificados, na medida em que a evidência demonstra melhoras ou não ao longo do tempo e da intervenção. Cabe ressaltar com grande ênfase que os métodos e estratégias

utilizadas na ABA não são baseadas em práticas aversivas para reduzir comportamentos indesejáveis. Embora estes procedimentos tenham sido estudados em experimentos com animais, a pesquisa atual tem enfatizado e demonstrado empiricamente que métodos baseados em técnicas de reforçamento positivo, que são consequências que motivam e aumentam a probabilidade de comportamentos desejáveis e adequados ocorrerem novamente, são mais efetivas e produzem melhoras mais significativas e duradouras do que métodos de punição, devendo portanto serem utilizadas em detrimento destes últimos (CAMERON, PIERCE, 1994; MAAG, 2001).

Considerando que a aplicação dos métodos da ABA requer treinamento apropriado, ABA pode ser também definida como uma abordagem profissional (MAYER et al., 2012). Analistas do comportamento são profissionais treinados para conduzir a análise do comportamento em sua dimensão, tanto experimental (através da pesquisa), quanto aplicada (através da intervenção). Os analistas do comportamento são orientados a utilizar intervenções efetivas, baseadas na evidência através de pesquisas experimentais controladas em casos envolvendo tanto comportamentos simples quanto complexos e possuem um código de princípios éticos fundamentais para guiar sua prática (BAILEY, BURCH, 2011). Nos Estados Unidos, o Behavior Analysis Certification Board é uma organização que representa e regulamenta a profissão, fornecendo certificação para profissionais que provem estar habilitados para desenvolver e aplicar intervenções baseadas nos princípios da análise dos comportamentos. Embora nem todos os profissionais envolvidos com ensino e pesquisa em ABA, obrigatoriamente, tenham certificação do Board, a mesma tem sido exigida àqueles que oferecem serviços de intervenção para o público (CAUTILLI, DZIEWOLSKA, 2008; MAYER et al., 2012). Em outros países, como o Brasil, psicólogos são licenciados para trabalhar com a análise do comportamento, mas cabe ressaltar que estes devem buscar treinamento adicional e continuado de qualidade para atuar nessa área (TODOROV, HANNA, 2010).

As características científicas, tecnológicas e profissionais que definem a ABA acima descritas estão intimamente relacionadas com quatro pressupostos filosóficos, nos quais esta área do conhecimento se baseia: determinismo,

empiricismo, parcimônia e método científico (ALBERTO, TROUTMAN, 2009; KIMBALL, 2002; MAYER et al., 2012). Estes pressupostos têm suas raízes nos movimentos filosóficos do século XIX (a saber, positivismo, funcionalismo, estruturalismo e associacionismo), que enfatizavam que o comportamento humano deveria ser objetivamente estudado ao invés de abstratamente especulado (ALBERTO, TROUTMAN, 2009; KIMBALL, 2002). Tais pressupostos tiveram forte influência no behaviorismo radical - a filosofia do comportamento humano originado por B. F. Skinner em experimentos conduzidos sob o rigor dos métodos científicos (SMITH, 1992). Enquanto uma ciência derivada do trabalho de Skinner, ABA pode ser descrita pelos quatro pressupostos filosóficos que estão nas raízes do behaviorismo radical (LAMAL, 2000).

O determinismo é o pressuposto filosófico de que o comportamento humano é determinado ou causado pelos eventos do ambiente, portanto está sujeito à investigação científica e à predição, como qualquer outro fenômeno natural (LOCKE, 1964). Esta perspectiva da regularidade dos comportamentos é essencial na ABA que, baseada nos princípios do condicionamento operante, postula que a forma como seres humanos se comportam está diretamente e funcionalmente relacionada às consequências de suas ações (SUGAI, LEWIS-PALMER, HAGAN-BURKE, 2000). Devido ao fato de que essa perspectiva se mostra contrária às postulações filosóficas do livre arbítrio, em que seres humanos são considerados livres para decidir o curso de suas ações, técnicas comportamentais que alteram o comportamento humano são frequentemente criticadas como práticas coercivas e desumanas (AXELROD, 1996). Entretanto, o pressuposto de regularidade e leis que regem os comportamentos não indicam que ABA rejeita a liberdade humana (NEWMAN, REINECKE, KURTZ, 1996). Ao contrário, analistas do comportamento definem liberdade em termos da habilidade dos seres humanos de fazerem escolhas e do direito de exercitarem essa habilidade e terem opções (ALBERTO, TROUTMAN, 2009; BANDURA, 1975). O objetivo do analista do comportamento é aumentar as opções para o indivíduo com autismo, por exemplo, exercitar sua liberdade para escolher respostas alternativas a comportamentos mal-adaptativos (ALBERTO, TROUTMAN, 2009).

O empiricismo, enquanto outro conceito filosófico fundamental da ABA, postula que o conhecimento deve ser obtido a partir de fenômenos observáveis e mensuráveis, verificados pela experiência ou prática experimental (KIMBALL, 2002; KUBINA JR, FAN-YU, 2008). Enquanto uma ciência empírica, ABA conta com dados verificáveis obtidos através da observação sistemática de comportamentos como a fonte de conhecimento e técnicas produzidas.

Parcimônia refere-se ao pressuposto filosófico de que, quando duas teorias tentam explicar os mesmos fatos, aquela que é mais simples, mais breve, que faz suposições baseadas na observação, que pode ser mais facilmente explicada e tem maior probabilidade de generalidade, deve então ser considerada (EPSTEIN, 1984). Desse modo, parcimônia subjaz ABA, enquanto uma ciência empírica que explica comportamentos humanos, fornecendo conhecimento e estratégias sistemáticas, objetivas e concisas para a modificação do comportamento ao mesmo tempo que verifica a generalidade de suas suposições para diferentes pessoas, ambientes, culturas e comportamentos.

Por último, o método científico é um pressuposto filosófico que envolve um conjunto de técnicas controladas para empiricamente verificar hipóteses e estabelecer relações causais entre eventos (MAYER et al., 2012). Tanto a pesquisa básica, que tipicamente investiga princípios do comportamento em laboratórios, quanto a pesquisa aplicada, que investiga a aplicação desses princípios em ambientes e situações do cotidiano das pessoas, são baseadas no método científico. Embora experimentos altamente controlados sejam difíceis de serem conduzidos em situações cotidianas reais, ABA utiliza métodos de pesquisa de caso único (single case research) para delinear experimentos que possibilitam o controle de variáveis e obter conhecimento científico que são úteis para melhorar comportamento e a vida das pessoas.

Considerando os pressupostos filosóficos acima mencionados que se encontram nas bases conceituais da ABA, Baer, Wolf, Risley (1968) publicaram um artigo inaugural, apresentando sete dimensões da ABA na primeira edição do Journal of Applied Behavior Analysis (JABA). Estas dimensões são consideradas características fundamentais que definem e qualificam a análise

do comportamento aplicada e que devem estar presentes em uma intervenção para que ela seja considerada ABA (HEFLIN, ALAIMO, 2007; MAYER et al., 2012). As dimensões são: aplicada, comportamental, analítica, tecnológica, conceitualmente sistemática, efetiva e generalidade. Cada uma destas dimensões será brevemente descrita abaixo.

Para ser considerada aplicada, uma intervenção deve focar comportamentos ou situações que são imediatamente importantes para o indivíduo e para a sociedade ao invés de importantes para teoria. Ao invés de estar interessada em comportamentos alimentares por que são importantes para o metabolismo, por exemplo, ABA está interessada neste comportamento devido a sua importância para a saúde e qualidade de vida das pessoas (BAER, WOLF, RISLEY, 1968). O objetivo final de uma intervenção considerada aplicada é tornar as pessoas mais independentes e socialmente ajustadas. Portanto, uma intervenção baseada na ABA deve ter validade social, isto é, deve vir ao encontro das necessidades dos indivíduos e da sociedade que devem estar satisfeitos com os procedimentos e resultados obtidos (WOLF, 1978).

Uma intervenção considerada comportamental é aquela preocupada com o que os indivíduos fazem ao invés do que eles dizem que fazem (BAER, WOLF, RISLEY, 1968). Isto significa que comportamentos devem ser observados e precisamente medidos, possibilitando avaliar a ocorrência de mudanças e a efetividade da intervenção. A precisão na mensuração de comportamentos pode ser um problema em estudos aplicados, porque torna-se necessário garantir que as mudanças realmente ocorreram no indivíduo observado e, não apenas, na percepção do observador. Para reduzir esse problema, analistas do comportamento utilizam medidas de confiabilidade para calcular o percentual de concordância entre dois ou mais observadores.

Em sua dimensão analítica, ABA requer a demonstração confiável dos eventos responsáveis pela ocorrência ou não-ocorrência dos comportamentos em estudo, permitindo assim a predição e controle das variáveis que afetam e mantém tais comportamentos (BAER, WOLF, RISLEY, 1968). Uma demonstração confiável envolve a replicação de medidas que consistentemente e repetidamente indicam certos procedimentos como

responsáveis pelas mudanças observadas nos comportamentos. Demonstrações consistentes e controladas são geralmente obtidas através de designs de caso único (por exemplo, reversão experimental e linhas de base múltiplas) através das quais torna-se possível demonstrar e analisar relações causais entre os comportamentos e os eventos que os precederam ou sucederam.

A dimensão tecnológica da ABA refere-se à elaboração e definição operacional completa das estratégias e procedimentos que são efetivos para a aprendizagem e mudança de comportamentos (BAER, WOLF, RISLEY, 1968). Para ser considerada tecnológica, tanto a descrição do comportamento quanto dos procedimentos de intervenção devem ser claramente e objetivamente detalhados. A descrição de uma intervenção utilizando técnicas de reforçamento para comportamentos apropriados, por exemplo, precisam informar qual o tipo de reforço está sendo empregado, quem fornecerá e quando será fornecido o reforço e o que será considerado comportamento apropriado (incluindo informações relevantes como frequência, intensidade e duração) para estabelecer a contingência entre o comportamento emitido e o reforço, como consequência deste comportamento. Descrições tecnológicas são características importantes da ABA por que permitem a aplicação e replicação dos procedimentos de intervenção utilizados.

Além de precisa, a descrição dos procedimentos da ABA deve ser conceitualmente sistemática (BAER, WOLF, RISLEY, 1968). Isso significa que os procedimentos devem estar relacionados com os princípios básicos do comportamento que as originaram. Procedimentos que fazem referência ao uso do reforço para aumentar a probabilidade de que comportamentos adequados ocorram, por exemplo, estão conceitualmente atrelados aos princípios do condicionamento operante. Este link entre a tecnologia e os conceitos básicos do comportamento são importantes, pois permitem que a análise aplicada do comportamento progrida como uma disciplina aplicada consistente.

Efetiva é outra característica essencial da ABA (BAER, WOLF, RISLEY, 1968). Os efeitos produzidos pelas técnicas comportamentais devem ser grandes o suficiente para produzir contribuições e mudanças importantes para a

qualidade de vida do indivíduo e da sociedade. Novamente, isso refere-se a efeitos socialmente significativos pela sua importância prática ao invés de sua importância teórica. Portanto, uma análise do quão grande é uma mudança de comportamento é necessária para avaliar a efetividade de uma intervenção comportamental. Isto é possível através das consistentes coletas de dados ao longo da intervenção. No entanto, uma análise do tamanho da mudança ou do efeito da intervenção pode ser relativa e deve incluir pessoas que convivem diariamente com o comportamento alvo da intervenção, pois uma mudança aparentemente pequena de comportamento (por exemplo, aumento do repertório verbal de uma criança de 0 para 10 palavras) pode ser considerado significativo e socialmente importante.

A característica final da ABA descrita por Baer, Wolf, Risley (1968) é a generalidade. Intervenções comportamentais devem, não somente produzir mudanças socialmente importantes no comportamento, mas estas mudanças devem persistir através do tempo, dos ambientes e pessoas diferentes daquelas inicialmente envolvidas na intervenção. Uma intervenção que melhora a comunicação de uma criança com autismo na clínica, por exemplo, demonstra generalidade se a criança também consegue se comunicar com os pais, professores ou outras pessoas, em casa, na escola ou na comunidade, durante e após o término da intervenção. Entretanto, os autores enfatizam que a generalidade dos progressos comportamentais, não ocorrem automaticamente, sobretudo, em crianças com autismo que possuem dificuldades de transferir habilidades aprendidas para outros contextos. Portanto, a ocorrência de generalidade “deve ser programada e não esperada” (BAER, WOLF, RISLEY, 1968, p. 97).

A publicação das dimensões que caracterizam a ABA constituiu e impulsionou o campo como uma ciência, tecnologia e profissão promissoras. As sete dimensões são importantes, não apenas por que descrevem, mas também por que guiam a análise do comportamento na produção de intervenções científicas que são baseadas na evidência e são úteis para a sociedade. Após a publicação de Baer, Wolf, Risley (1968) e a sua reanálise subsequente (BAER, WOLF, RISLEY, 1987), muitos estudos publicados são refinamentos de técnicas que venham ao encontro das características da ABA, acima

mencionados, e melhorem a generalidade e manutenção dos resultados obtidos (HARVEY, LUISELLI, WONG, 2009), a validade social (WOLF, 1978), e a fidelidade de implementação da intervenção (PETERSON, HOMER, WONDERLICH, 1982), dentre outros aspectos. Portanto, estas dimensões são designadas a guiar a análise formativa da ABA, definindo critérios para a adequação da pesquisa e da prática, movendo o campo em direção à aplicação de intervenções mais efetivas (COOPER, HERON, HEWARD, 2007).

Desde a primeira publicação em 1968, ABA tem alcançado um crescimento notável, especialmente nos Estados Unidos, onde este campo de conhecimento foi originado. ABA está constantemente avançando para concretizar todas as dimensões que a tornam uma ciência respeitável. Muitas estratégias de pesquisa, avaliação e intervenção (por exemplo, designs de caso único, análise funcional do comportamento e estratégias de suporte comportamental positivos) foram desenvolvidas incorporando aspectos comportamentais, tecnológicos e conceituais que vem sendo utilizados como ferramentas valiosas para melhorar repertórios de comportamentos sociais, acadêmicos e de atividades de vida diária no cotidiano das pessoas (HORNER et al., 2005; IWATA, DORSEY, 1994; SUGAI, LEWIS-PALMER, HAGAN-BURKE, 2000).

No Brasil, ABA está gradualmente ganhando espaço enquanto um método de intervenção para o autismo, mas somente poucos profissionais possuem treinamento apropriado na área. Os avanços da ABA enquanto uma ciência aplicada tem sido restritos no Brasil devido a uma maior ênfase em investigações e treinamento em pesquisa básica dos princípios do comportamento e pouco investimento em pesquisa e treinamento sobre a aplicação destes princípios para promover comportamentos socialmente importantes (TODOROV, HANNA, 2010). Ainda são necessários esforços da comunidade científica da análise do comportamento brasileiro para desenvolver a pesquisa e a prática no campo da análise do comportamento aplicada, em conformidade com as dimensões e princípios éticos que a constituem. Dessa forma, enquanto o campo gradativamente progride, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, ABA cumprirá o seu papel de melhorar a qualidade de vida das pessoas, especialmente daquelas com transtornos do espectro do autismo.

O Autismo

A criança autista indiscutivelmente interroga. Não há dúvida que, no mundo atual, pleno de “performances” e “resultados”, que promete o “sucesso” e a “felicidade”, a criança portadora de autismo vem apontar o furo dessa promessa. A idéia da mudança rápida e do descartável é incompatível: não toleram nem o imprevisto e nem mudanças, e, se não podemos prestar atenção aos mínimos detalhes de seus movimentos em relação ao outro, não temos chances.

O fenômeno do autismo nos faz pensar, falar, escrever... “Atualmente é considerado portador de autismo aquela criança que tem dificuldades específicas de se comunicar e de se socializar, que apresenta interesses restritos e comportamentos estereotipados, tendo iniciado com essas dificuldades antes dos 3 anos e fixado até idade adulta”¹. Segundo Maleval² o termo autismo ficará marcado por sua origem na clínica da esquizofrenia, quando foi definido por Bleuler, para falar daquelas crianças que se voltavam para elas próprias num mundo auto-erótico, “fica difícil até hoje apreender o termo autismo sem passar pelo prisma deformante da psicose.

Um pouco da Historia do Autismo

Hocchman historia o autismo partindo do conceito psiquiátrico de idiota, do homem privado de razão, isolado da sociedade com uma linguagem desprovida de significação, o termo é precursor tanto da noção de esquizofrenia infantil quanto do conceito de autismo. Seguindo a saga da exclusão, o idiota foi, dentre os pacientes da psiquiatria, dos mais negligenciados, pelos administradores e psiquiatras que queriam o excluir de seu território. Mas o autismo, nesse aspecto difere da idiotia, pois como fenômeno, desperta entre os profissionais uma irresistível necessidade de tomá-lo para si: quem tem a cura, quem tem o melhor tratamento, que descobre sua etiologia, enfim, o autista tem promovido as mais diversas disputas e contradições. Enfrentamos no momento atual, talvez, o ápice da diferença entre psicopatologia e organicismo e, portanto, a tendência a colocar o autismo a uma condição de handicap esteja forte, distanciando-o das abordagens mais psicodinâmicas.

Uma primeira versão do autismo, portanto, foi cunhada por Bleuler em 1911, que a define como uma função complexa em que a relação com a realidade é perturbada ou suspensa, em consequência de uma perturbação primária de associações e surgimento de emoções e imagens fugidias⁶. Esse retorno ao sujeito ao seu mundo interior, essa submissão imaginária, essa espécie de adesão a uma nova realidade que vem recobrir a realidade tomada a distancia, representa uma segunda *spaltung*, onde o sujeito não é apenas dividido, mas separado do seu mundo.

A evolução do termo idiotia também derivou o termo esquizofrenia infantil. O paciente Dick, que hoje em dia poderia ser classificado como autista, segundo Klein sua psicanalista, era portador de esquizofrenia infantil. Klein se interessa muito pouco pela etiologia da patologia de Dick, que considerava sofrendo, não de perturbações de seu meio familiar, mas de uma incapacidade inata constitucional de suportar a angustia, e que o levou a operar uma espécie de amputação de seu psiquismo habitado pela violência e rejeitar, para se proteger, todas as tendências destrutivas. Por conta disso, ficar privado de qualquer atividade simbólica. O paciente foi enviado a Klein com o diagnóstico de demência precoce, mas o termo não era satisfatório porque esta era definida como secundária a um primeiro desenvolvimento normal. Segundo Klein, que afirmava ser o tratamento da psicose infantil uma das principais tarefas da psicanálise, a esquizofrenia infantil é semelhante a do adulto, apenas com sintomatologia menos clara, mais discreta.

Já Lauretta Bender se refere a uma perturbação de integração que toca o desenvolvimento de uma criança ainda inacabada: “a esquizofrenia na infância pode se definir como uma forma de encefalopatia que aparece em diversos momentos da curva do desenvolvimento, interferindo no desenvolvimento da unidade biológica e da personalidade social, de modo característico e que em relação a frustração, envolve uma angustia à qual o indivíduo reage com suas próprias capacidades”.

O problema da criança portadora da esquizofrenia é, segundo a psiquiatra, sua incapacidade de se identificar como diferente dos outros e então entrar em relação com o mundo, fonte de angustias e de enfrentar as reações de

proteção contra essa angustia. Lauretta Bender conjuga aspectos psicopatológicos e organicistas no seu modo de ver a esquizofrenia infantil. O autismo foi visto por Bleurer e por Lauretta Bender também como um mecanismo de defesa secundário, uma volta a si mesmo para se proteger dos efeitos da dissociação ou da falta de integração das idéias e sentimentos.

É Kanner em 1943 que vai modificar essa concepção, descrevendo o autismo como perturbação inata do contato afetivo, e vai colocar a perturbação não como consequência, mas como um fracasso inicial fundamental. É essa posição que vai separar definitivamente o autismo da esquizofrenia infantil. Então Kanner, impressionado pela distancia emocional que essas crianças colocam entre ela e os outros, insiste em dois sintomas fundamentais: solidão e imutabilidade, assim como as cóleras violentas, que ocorrem, sobretudo, quando se tenta barrar as rotinas e as estereotipias.

A posição de Kanner é, portanto, ligada a psicopatologia, sem ser psicanalista, coloca a reação de angustia da criança no centro de suas preocupações. Diferentemente da esquizofrenia infantil, que aparece após certa latência e se manifesta por uma deteriorização, ou regressão, o autismo tem como sinal patognomônico a inabilidade das crianças de estabelecerem relações normais com as pessoas e a reagir normalmente desde o início da vida. E diferentemente da esquizofrenia infantil, o autismo apesar da dificuldade de estabelecer relações com as pessoas, possui um grande interesse de estabelecer relações com os objetos, muitas vezes dedicando a estes uma atenção exagerada.

Quase no mesmo momento que Kanner estabelece os parâmetros do autismo como perturbação inata do contato afetivo, Hans Asperger publica sua tese intitulada “As psicopatias autísticas durante a infância”, por conta da falta de comunicação durante a guerra ele não teve acesso possivelmente ao artigo de Kanner, sendo o seu publicado num tratado de pedagogia, tendência de um movimento pedagógico curativo seguido pelo autor.

A diferença entre os dois textos citada por Arn Van Krevelen (op. Cit Hocchman) , é que Kanner descreve uma doença em curso, quer dizer um processo evolutivo, e Asperger se dá conta de um tipo de personalidade que

existe desde a infância e se prolonga durante a vida adulta. Asperger inova no seu estudo sobre o exercício intelectual do autista, difere de Kanner que acha que todos os autistas são inteligentes, Asperger aceita que pode estar ligado a um déficit intelectual, e afirma que o autismo é um estado (uma estrutura patológica da personalidade) e não uma psicose (uma doença evolutiva). E contrariamente a Kanner não acredita que os autistas possuem uma angustia importante em seu quadro clínico. Atualmente a síndrome de Asperger é vista independente do autismo, se manifesta mais tardiamente e tem melhor prognóstico.

Margaret Mahler por sua vez fará uma diferença entre esquizofrenia infantil e psicose infantil. Vai optar por usar o termo psicose infantil e assim diferenciar definitivamente das patologias dos adultos, definindo a criança psicótica como uma criança que se mostra intrinsecamente capaz de fazer contato afetivo com os outros. Ela acredita numa incompatibilidade biológica entre mãe e criança de origem fetal, e deste modo as diferencia das crianças que possuem uma importante carência afetiva, como as crianças criadas em campos de concentração, pois, mesmo que tenham um retardo de maturação, são capazes de retirar do entorno a mínima gota de humanidade a partir da mínima estimulação.

Ela define as psicoses autísticas, quando os sintomas são precoces e aparecem desde o primeiro ano de vida, essas crianças ficam perdidas, desorientadas, possuem uma ausência de antecipação postural, ausência de sorriso, olhar vago e podem ocorrer as crises de cóleras quando perturbados pelo outro. Essas crises ela interpreta como crises que tentam restabelecer o equilíbrio interior da criança.

Depois vem as psicoses simbióticas, onde os sintomas aparecem depois do terceiro ano de vida, e as psicoses benignas, que são tradutoras de sintomas neuróticos, esta última categoria, depois de algumas críticas foi abandonada pela autora. Mahler faz uma comparação interessante às crianças autistas, diz que elas são como mágicos que fazem desaparecer tudo que está em sua volta. Segundo a autora é preciso separar as duas condições (psicose autística e psicose simbiótica) pois, isso determinará a atitude do terapeuta.

Em relação às crianças com psicoses autísticas, ela aconselha inicialmente construir uma relação, colocando ênfase em retirar a criança da sua concha, levando-a a perceber e a investir na relação com outro, antes mesmo de estabelecer uma relação de ajuda, ela usa o termo que equivaleria ao termo “seduzir”. Acredita que devemos ficar moderados em relação a apreciação dos resultados do trabalho, principalmente em relação aos pais, para evitar dar falsas esperanças, pois depois de uma primeira melhora da criança, pode ocorrer um recuo se a família ou profissionais começam a se animar e a solicitar muito energicamente a criança para que saia do seu autismo ou da sua simbiose.

Os últimos debates

Depois de trinta anos de trabalho da corrente psicodinâmica e psicopatológica, com influências da psicanálise, uma reviravolta se processa no campo da saúde mental. Essa reviravolta se denomina um progresso científico e se caracteriza por um retorno ao organicismo e as teses de degenerescência, reformuladas na linguagem da genética moderna, e o que esse movimento tem de maior consequência é transpor a idéia do autismo como doença (processo evolutivo, ligado a vários agentes patógenos, que mesmo que ainda possam ser incuráveis, se trabalha no sentido de encontrar a sua cura), para a idéia do autismo como handicap (desviação fixa da norma, composta de um déficit e uma incapacidade, que coloca o indivíduo em situação de desadaptação com o meio, necessitando uma reabilitação).

Esse deslizamento de conceitos torna o autista um ser passivo, que, considerado autista um dia, sempre será autista. Essa orientação se inicia nos anos 60 nos Estados Unidos. Em 1971 Kanner funda, a pedido de um pai de autista e editor, uma revista Journal of autism and childhood schizophrenia, que nesse momento tinha colaboradores importantes neurologistas, psicanalistas, psiquiatras.

A psicanálise e seus representantes estavam entre seus autores. Mas cinco anos mais tarde, sem nenhuma novidade nas descobertas sobre o autismo e quando ainda se mantinha a idéia da diversidade dos casos e conseqüentemente da necessidade da diversidade de práticas, a revista

fundada por Kanner muda radicalmente, torna-se journal of autism and developmental disorders e Eric Schoppler toma sua direção como editor. Nesse editorial afirmam que segundo “numeráveis pesquisas” o tratamento e a compreensão do autismo dependem de fatores do desenvolvimento, além de colocarem ênfase no retardo mental que seria sofrido supostamente pela maioria dos autistas (de fato as pesquisas mostravam que apenas 10 a 20% tinham retardo mental).

Seu objetivo foi conseguido, pois o autismo se torna rapidamente uma perturbação do desenvolvimento, e toda perspectiva psicodinâmica desaparece sumariamente dos editoriais. O livro desses dois editores, Schoppler e Rutter, se tornam exemplares do novo pensamento sobre o autismo. Dois fatores ajudaram nessa virada do poder: a pressão dos familiares e um texto de lei promulgado. O autismo precisava de atendimento especializado e a pressão dos pais foi decisiva, acompanhando a mudança do editorial da revista. A opinião das famílias foi se tornando cada vez mais uma opinião científica, chegando a orientar e financiar pesquisas sobre o assunto. A psicanálise que tratou durante trinta anos os autistas era a única via na época que poderia salvar a criança autista de uma internação e ali os pais e crianças tinham uma escuta, porém isso poderia se reverter contra a própria psicanálise, dado que escutar os pais e as crianças faria ela própria parecer perigosa para a paz interior destes, remoendo os fantasmas mais difíceis diante de uma criança autista.

Mas de todo modo o que parecia mais complexo era admitir que não era a psicanálise que inventava esses fantasmas, caso eles aparecessem. Para as famílias começa a ficar mais fácil tratar seus filhos como handicaps que precisariam de uma reabilitação, do que passar todos os sortilégios de uma doença, ainda inexplicável, mesmo que tenha um percurso evolutivo. O que precisa ficar claro aqui, que talvez não o seja para essas famílias, é o fundamento que está implícito: o handicap é uma condição imutável podendo apenas ser adaptada ao meio.

Alguma teoria precisava se adequar a esse novo pensamento. O behaviorismo seria ela: “todo comportamento, aquele do homem e aquele do rato, podem

seresumir a uma resposta à um estímulo”, afirmava Skinner, agregando a idéia de que se não temos meios científicos para trabalhar e conhecer a mente humana, é preciso desconsiderá-la, e de fato, acreditava ele, isso não trará nenhum efeito negativo aos estudos científicos. Um aprimoramento nessa idéia foi acrescido: “certas contingências de um ato aumentam a probabilidade de ocorrer novamente e ao mesmo tempo, cria condições que podem ser sentidas, o que achamos digno em um comportamento está ligado a reforços positivos”.

Como os estados mentais precisam ter direito a uma teorização, a famosa caixa preta (a MENTE) dos behavioristas, se torna acessível aos cognitivistas. Os behavioristas perderam terreno com isso, lhes restavam se converter em ciências aplicadas a educação, por exemplo, no controle de comportamentos socialmente desviantes: delinquência, alcoolismo, perturbações sexuais e toxicomanias. Eles dão a essa abordagem do behaviorismo aplicado o nome de Applied Behavior Analysis, ABA, e, criam um segundo jornal Journal of Applied Behavior Analysis. Ferster, publica então no Journal of experimental Analysis of behavior, o tratamento comportamental de duas crianças autistas, uma hoje se sabe que tinha uma síndrome desintegrativa secundária a uma encefalopatia. É, no entanto, segundo Hocchman, curioso notar que o autor se refere a depressão materna aguda.

E com esse texto foi demonstrada a possibilidade de alargar a gama de comportamentos socialmente adaptados de uma criança profundamente autista. Mas é Lova as que se mostra mais audacioso, ele que era inicialmente um pesquisador de laboratório, tinha o objetivo de isolar e controlar as variáveis num quadro experimental rigoroso. A hipótese de base era que numerosos comportamentos sociais e intelectuais são regulados por funções adquiridas a partir das primeiras interações com o meio, olhar e sorriso.

A criança autista se fechava em comportamentos de automutilação e autoestimulação que paralisavam suas aprendizagens, daí a necessidade de eliminar esses comportamentos inapropriados. Trabalhará com quatro comportamentos indesejáveis: automutilação, ecolalia, estímulos autossensoriais estereotipados e crises auto agressivas. Atualmente seguindo pesquisas que permitem melhor codificar o projeto, fragmentam em pequenas

etapas a constituição do comportamento desejável e de eliminação do inadequado, e os reforços dolorosos parecem ter sido abandonados.

O texto de 1987 de Lovaas que promoveu esperanças no tratamento do autismo deu início a um projeto “University of California at Los Angeles (UCLA) Young Autism Project - UCLA YAP, de 1970 à 1984. Nesse estudo sete dos dezenove sujeitos do experimento foram vistos entre 1970 e 1974, e depois um estudo foi seguido de 1984 a 1985. A experiência foi publicada em 1987 e o estudo do seguimento em 1993, o que faz pensar a pesquisa como sendo mais recente do que foi. As crianças estudadas tinham menos que 46 meses, passavam pelo tratamento durante quarenta horas semanais durante no mínimo dois anos. Os resultados foram que nove dessas crianças não precisaram ir numa escola especializada. O artigo de Victoria Seha⁹, no entanto questiona de modo rigoroso esse “sucesso” do método de Lovaas, resumo aqui algumas das principais críticas:

- Falta de randomização dos sujeitos e do grupo controle
- Os grupos experimentais e os de controles não estavam equivalentes

Os grupos experimentais não eram representativos da população de crianças com autismo

- A ausência de dados sobre correspondência entre tratamento administrado e tratamento previsto.
- Ausência de informações sobre eventuais intervenções suplementares administradas simultaneamente.
- Falta de clareza quanto às quantidades dos tratamentos administrados aos grupos controles.
- Avaliação dos resultados realizada muito tempo depois que os tratamentos foram finalizados.
- Avaliações dos resultados não foram realizadas pelos profissionais independentes da pesquisa.
- Avaliação dos resultados (classificações) que podem refletir mais fatores políticos ou filosóficos que as competências reais da criança.

- Erros de avaliação resultante do uso de diferentes ferramentas de medida do QI e do QD para diferentes crianças. - Uso de estatística inabitual, como a idade mental pre-calculada, e uso contestável de desvio de QI.

- A não inclusão de fatores humanos, como parentes e terapeutas, que podem ter influenciado os resultados de modo significativo. - Falta de recuo crítico das apreciações dos familiares.

É notório que o enigma da criança autista provoca dificuldades até mesmo para as ciências ditas mais científicas. A posição da psicanálise é apenas diferente, sem grau de valoração, a diferença mais impactante é que a psicanálise precisa tomar o sujeito no seu aspecto mais singular, não como uma generalização, o que vai acarretar sempre uma busca para escrever sobre o sujeito, mais especificamente, sobre aquele sujeito. E desse modo, longe de generalizar sujeitos ou sintomas, a escrita da psicanálise é uma escrita do analista.

Análise Aplicada do Comportamento (ABA): Contribuições para a intervenção com Autismo.

Temos pelo menos duas pretensões com esse capítulo: 1) conduzir o leitor a conhecer o que é ABA e compreender seu alcance para uma intervenção científica no comportamento humano; e 2) desfazer alguns mal entendidos, que acabem reduzindo o termo ABA a um método específico para solucionar problemas relativos ao Autismo.

O termo ABA, comumente associado ao tratamento de indivíduos com Autismo, Síndrome de Asperger, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, ou enfim, qualquer forma de desenvolvimento atípico, vem da abreviação das iniciais do inglês “Applied Behavior Analysis” (Análise Aplicada do Comportamento). A Análise do Comportamento, também conhecida como Behaviorismo Radical ou Comportamentalismo, é uma abordagem dentro da Psicologia, que teve como principal mentor B. F. Skinner (1904-1990). A Análise do Comportamento é sustentada por um tripé: pesquisa básica, aplicada e teórica. A pesquisa básica busca, com experimentação baseada em controle de variáveis, responder a questões científicas importantes para embasar o escopo teórico; a pesquisa

aplicada utiliza os conceitos básicos para intervir em questões sociais relevantes e, a pesquisa e reflexão teórica constroem os conceitos explicativos do comportamento. Assim sendo, a Análise Aplicada do Comportamento (ou o termo ABA) nada mais é do que uma linha de atuação dentro da abordagem comportamental, na qual aplicamos seus conceitos teóricos e filosóficos às necessidades e os problemas da sociedade. E, certamente, o Autismo é um desses problemas. A Análise do Comportamento é aplicada ao Autismo, assim como é aplicada à educação, ao ambiente empresarial, à clínica, ou ao esporte, por exemplo.

Uma vez que significamos o termo ABA, precisamos agora esclarecer porque ABA é reduzida, no linguajar do senso comum, ao trabalho com desenvolvimento atípico, mais especificamente o Autismo. Para explicarmos essa redução precisaríamos recorrer a fatores históricos, sociais, econômicos que nos remetem ao princípio dessa abordagem. Mas, sem podermos esgotá-los nesse texto, levantaremos algumas causas a partir de uma breve retrospectiva histórica da ABA.

Apesar da Análise do Comportamento ter sua gênese na década de 30, quando Skinner começou a estudar a Psicologia, ainda não existia nesse início o termo ABA. Nessa fase inicial, os estudos de Skinner, baseados em um novo método experimental, compunham a Análise Experimental do Comportamento (pesquisa básica com sujeitos infra-humanos); as duas décadas seguintes (40 e 50) foram marcadas pela extensão dessa metodologia experimental com infra-humanos para sujeitos humanos, com o foco mais experimental e conceitual que aplicado. Foi em meados de 50 e na década de 60 que a Análise do Comportamento começou também a ser aplicada e bem sucedida nessa aplicação. Como a Análise do Comportamento era uma abordagem nova na Psicologia, portanto, sem tanta confiabilidade e divulgação o espaço social que se abriu para pesquisa foi com pessoas institucionalizadas (em manicômios, prisões, hospitais). A partir da década de 70 abre-se espaço para o aprofundamento de pesquisas aplicadas com autismo; e desde sua origem, a ABA foi se especializando nesse tema¹. Tão grande foi a propagação de pesquisas em Análise Aplicada do Comportamento com Autismo e a eficiência dessa intervenção que temos um grande impacto, principalmente nos EUA, da

ABA com Autismo (desenvolvimento de grandes centros especializados; manuais para pais, profissionais e para-profissionais; periódicos científicos dedicados exclusivamente a esse tema; fomento governamental em alguns estados para esse tipo de intervenção, por exemplo). Assim, ABA tornou-se fortemente associada ao tratamento para Autismo.

Definido esse termo (ABA) e o impacto que o tratamento com Autismo alcançou na área aplicada dessa ciência (gerando associações incorretas), faz-se necessário entender porque ABA não pode ser reduzida a um método, uma técnica ou um protocolo. Um ponto crucial nesse esclarecimento é definir o que é aplicar conceitos e procedimentos derivados de uma ciência experimental; para tanto, vamos definir o termo Aplicada. Três autores, com grande impacto na Análise do Comportamento (Baer, Wolf, & Risley, 1968), em um artigo seminal relativo à ABA definiram algumas dimensões que deveriam nortear a prática do analista do comportamento. Segundo os autores, a 'Aplicação' ao ser caracterizada pela cientificidade se contrapõe a uma prática baseada apenas na 'prestação de serviços'; na 'prestação de serviços', o profissional precisa resolver questões práticas do seu cliente e utiliza conceitos e procedimentos já testados cientificamente para intervir, assim sendo, está sob controle das demandas do seu cliente. Em contraponto, uma 'Aplicação' precisa ao mesmo tempo, intervir num problema concreto e contribuir para a construção do conhecimento científico dentro de uma ciência. Portanto, o analista do comportamento fica sob controle do cliente no tratamento e, paralelamente, da produção de ciência no seu fazer acadêmico. Um fazer científico em Análise do Comportamento interessa-se por manipulação e controle de variáveis, e está comprometido com a continuidade da produção de conhecimento dentro de uma linha de pesquisa.

Além disso, Baer e col (1968) discutem que, para garantir a cientificidade e a qualidade da ABA, os analistas do comportamento deveriam nortear-se por sete dimensões de ciência aplicada. Utilizando a terminologia dos próprios autores, ela deve ser Aplicada (ou utilizada) para atender às necessidades do indivíduo e da sociedade, ou seja, o comportamento a ser estudado deve ser aquele socialmente relevante. A intervenção deve ser Conceitual no sentido de seguir os princípios e a filosofia do Behaviorismo Radical, ou seja, deve estudar

o comportamento como produto de eventos ambientais (dentro e fora da pele) e propor procedimentos embasados nesse escopo teórico; os comportamentos em estudo devem ser identificados e medidos com precisão e confiabilidade, antes, durante e após a introdução dos procedimentos comportamentais, só assim atinge-se a dimensão de uma intervenção Comportamental.

A intervenção deve ser, ainda, Analítica demonstrando que a mudança comportamental foi produto dos procedimentos e programas comportamentais e não produto de outras variáveis espúrias (não controladas). Obviamente, como todos que optam pela ABA buscam, a intervenção tem que ser Efetiva (ela deve melhorar as condições comportamentais do indivíduo em questão) e produzir mudanças Generalizadas, ou seja, que os novos padrões comportamentais sejam mantidos no tempo, apareçam em diferentes ambientes ou contextos e que novos comportamentos relacionados sejam desenvolvidos sem uma intervenção direta. Por fim a ABA tem que ser Tecnológica, uma vez que os procedimentos provindos do escopo teórico da análise do comportamento devem ser bem descritos e definidos, de modo que nossos pares possam utilizá-los de maneira fidedigna.

Esclarecendo todas as dimensões que a ABA precisa preservar, vale agora destacar que o analista do comportamento, ao intervir e fazer ciência Aplicada com Autismo deve procurar ser fiel à definição de comportamento em toda sua complexidade.

Skinner definiu o comportamento como a relação entre eventos antecedentes (1), as próprias ações dos indivíduos (2) 3 , e os eventos conseqüentes (3); essa contingência de três termos é a nossa unidade mínima de análise de qualquer comportamento. O comportamento, assim definido, foi denominado de comportamento operante⁴ ; operante no sentido de que a resposta do indivíduo opera no ambiente e este, por sua vez, retroage sobre as mesmas respostas. No comportamento operante, a ênfase é dada às conseqüências do comportamento, que podem alterar a probabilidade futura de ocorrência do mesmo. Para entendermos o porquê⁵ de qualquer comportamento (incluindo das pessoas com Autismo), temos que olhar para os eventos que precedem a resposta, bem como para os eventos que a sucedem. A essa análise minuciosa

(antecedentes e conseqüentes de uma dada resposta), denominamos Análise Funcional, e com ela identificamos a função de um determinado comportamento, ou seja, o que mantém este comportamento.

Diante de um problema como o Autismo, o analista do comportamento precisa analisar funcionalmente os comportamentos-alvos e atuar em duas grandes frentes: 1) ampliação e aquisição de comportamentos deficitários ou inexistentes no repertório (em diferentes áreas: verbal, acadêmica e pré-acadêmica, social, de brincar, profissional, de atividade física, artística) e 2) diminuição de comportamentos em excesso e que são inadaptativos (restrição de interesses e motivação, comportamentos auto-estimulatórios - como as estereotipias motoras e vocais, birras, comportamentos agressivos em relação ao outro e a si mesmo). Essas duas frentes devem caminhar em conjunto, concomitantemente. E, o objetivo último e maior delas é a generalização, ou seja, a construção de um repertório comportamental que se sustente em diferentes ambientes, com diferentes pessoas, gerando uma inclusão social, escolar e profissional para o autista.

Muitos passos devem compor uma Análise Aplicada do Comportamento com Autismo respeitando as sete dimensões da aplicação⁶, mas independente de definir esses passos, nosso grande objetivo inicial desse artigo é atingido quando salientamos que a Análise do Comportamento (seja Aplicada – ABA - ou Experimental) nos coloca diante de um novo paradigma sobre o comportamento humano, o qual nos possibilita uma mudança efetiva das relações, e tem, por isso transformado a vida de muitas famílias que enfrentam a questão do Autismo.

Análise do comportamento: behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento.

Parte I: A Fundação Oficial do Behaviorismo

A Psicologia tradicionalmente tem sido descrita como uma ciência da mente, especialmente do que se convencionou chamar de “mente humana”. No final do século 19 e início do século 20, a Psicologia Acadêmica predominante era a Introspectiva, na qual os métodos e instrumentos da Fisiologia foram

adaptados a alguns dos problemas tradicionais da Filosofia, especialmente em relação à origem do conhecimento humano e à gênese e composição das sensações e percepções sobre o mundo. Wundt e posteriormente Titchener eram seus principais expoentes. Em uma situação controlada de laboratório, os pesquisadores examinavam, através do relato verbal dos sujeitos humanos, qual a estrutura e o modo de interação dos processos conscientes, legítimos objetos de estudo de uma ciência psicológica na época.

Em 1913, J. B. Watson (Watson, 1913/1965)² publica um artigo agora clássico “Psychology As The Behaviorist Views It” (“A Psicologia Como o Behaviorista a Vê”), conhecido hoje como uma espécie de “manifesto behaviorista”, no qual explicitamente anuncia o rompimento com a forma de fazer Psicologia até então estabelecida. Divergia em relação ao objeto a ser adotado (substituindo a “consciência” pelo “comportamento dos organismos”), ao método adequado para levar o empreendimento adiante (abandonava a “introspecção” e adotava a experimentação com processos interativos diretamente observáveis entre um organismo e seu ambiente, especialmente os envolvidos na aprendizagem), aos objetivos dessa ciência (que ganhava, então, fortes contornos pragmáticos e partia em busca de um “conhecimento útil”, uma tecnologia psicológica, voltada para a previsão e o controle do comportamento), e, obviamente, dos pressupostos sobre o que seria ciência e qual a natureza dos eventos psicológicos (o dualismo, o imaterialismo, mesmo que implícito, da mente era substituído por uma concepção naturalista, monista materialista/fisicalista, objetivista e evolucionista dos eventos psicológicos legítimos, os comportamentais). Watson chamou essa nova Psicologia de “Behaviorismo” (Para maiores detalhes, ver Marx e Hillix, 1963/1993; Broadbent, 1960/1972; Heidebreder, 1933/1975).

Sob o rótulo de “Behaviorismo”, Watson empreendeu atividades muito diversas. Estabeleceu uma justificativa filosófica para sua nova Psicologia (como o próprio manifesto de 1913), adotou estratégias de pesquisa empírica, especialmente em laboratório, para construir os princípios de uma ciência comportamental, como os trabalhos sobre aquisição de comportamentos de “medo” e de outras atividades emocionais em crianças (Watson, 1924/1958) e criou estratégias de intervenção, derivadas dos princípios científicos do

comportamento, como suas seminais técnicas de propaganda (Marcos e Carvalho Neto, 2001).

A chamada escola behaviorista posterior a Watson, “neobehaviorista”, com autores como Hull, Tolman, Lashley, Spencer, Guthrie, Boring e Stevens, também manteve uma grande diversidade de atividades sob o mesmo guarda-chuva terminológico. Dessa forma, a palavra “Behaviorismo” poderia designar uma filosofia, um método, uma explicação, uma técnica, um tipo de intervenção e até uma posição política.

Parte II: O Behaviorismo Skinneriano e a Proposta de Classificação de Tourinho (1999)

Na década de 30 do século 20, B. F. Skinner iniciou seus trabalhos em Psicologia em duas frentes durante o seu doutoramento: de um lado, realizou uma pesquisa histórica e conceitual sobre a noção de “reflexo” na Fisiologia e na Psicologia (uma tentativa de dar uma roupagem operacional ou estritamente funcional ao termo e adotá-lo como ferramenta explicativa em sua ciência). De outro, criou e adotou recursos metodológicos e técnicos em uma ampla linha de pesquisa experimental em laboratório (as duas facetas são apresentadas de forma clara em Skinner, 1938/1966). Some-se a isso que o interesse de Skinner na Psicologia, como atesta sua própria autobiografia (Skinner, 1979), também foi fortemente marcado pela possibilidade de intervenção social (Andery, 1990), o que fica mais evidente com a publicação de sua novela utópica “Walden II” (Skinner, 1948/1971) e de vários artigos sobre educação (ver Skinner, 1972), que acabaram por conduzi-lo ao seu “Technology of Teaching” (“Tecnologia do Ensino”) (Skinner, 1968a).

Note-se, então, que em Skinner também há diferentes modalidades de conhecimento convivendo no mesmo espaço. Em 1945, Skinner (1945) chama a sua versão de Behaviorismo de “Behaviorismo Radical” e o faz especialmente para diferenciar-se do Behaviorismo de Boring e Stevens, a quem chama de behavioristas, apenas, “metodológicos”. O Behaviorismo Radical seria a filosofia por trás da Ciência do Comportamento que ele estava tentando erguer e que deveria no futuro substituir a própria Psicologia, profunda e irremediavelmente impregnada por pressupostos mentalistas. Tal

ciência foi chamada de “Análise Experimental do Comportamento”. Recentemente, Tourinho (1999) sugeriu uma reorganização terminológica para os diversos saberes behavioristas de tradição skinneriana³. De acordo com a sua estrutura, a área ampla seria chamada simplesmente de Análise do Comportamento (AC). O seu braço teórico, filosófico, histórico, seria chamado de Behaviorismo Radical. O braço empírico seria classificado como Análise Experimental do Comportamento. O braço ligado à criação e administração de recursos de intervenção social seria chamado de Análise Aplicada do Comportamento. As três subáreas estariam inter-relacionadas em um processo contínuo de alimentação recíproca. Para Tourinho (1999), nenhuma das três existiria de forma autônoma, por mais que, algumas vezes, os seus representantes não consigam identificar claramente seus vínculos com as demais. Assim, mesmo que um pesquisador de laboratório estivesse dedicado ao exame de propriedades de um tipo específico de esquema de reforçamento em pombos, as razões pelas quais: (a) pombos seriam sujeitos legítimos para estudar processos que se tenta compreender em humanos, (b) o comportamento estaria sendo investigado em si mesmo e não como expressão de outro nível de análise (fisiológico, conceitual e mental), (c) o porquê da adoção da probabilidade da resposta como medida privilegiada nessa investigação, (d) a ênfase no estudo dos efeitos da conseqüenciação do comportamento, seriam todas decisões anteriores à produção dos dados empíricos da própria pesquisa. Seriam todos pressupostos engendrados por uma filosofia: o Behaviorismo Radical. Da mesma forma, uma análise epistemológica ou cultural dessa perspectiva estaria ligada intrínseca e irremediavelmente aos dados e teorias derivadas de pesquisas empíricas, amplamente realizadas em laboratório, com animais não humanos, sobre condicionamento operante. De fato, um exame epistemológico de cunho skinneriano seria, em grande medida, uma aplicação da noção de operante para entender o comportamento dos cientistas.

Donahoe (1993) identificou duas formas de produção de conhecimento em Análise do Comportamento: a análise experimental e a interpretação. A interpretação seria o uso de conceitos derivados da pesquisa empírica para contextos onde uma investigação dessa natureza seria difícil ou impossível,

como seria o caso de uma análise da cultura ou da origem das verbalizações privadas nos seres humanos. O que diferenciaria o exercício de interpretação do analista do comportamento de outras especulações psicológicas, como as de Jung, por exemplo, seria, segundo Donahoe (1993), o amplo lastro experimental que os conceitos/ferra-mentas conceituais teriam. Ao falar da consciência, por exemplo, Skinner irá usar todo o arsenal operante e respondente disponível, tentando identificar pontos de contato entre o comportamento dos organismos no laboratório e o fenômeno da consciência em humanos em situação natural. Note-se, então, que o instrumental teórico disponível ao behaviorista radical teria uma gênese empírica.

Em relação ao ramo tecnológico da Análise do Comportamento, a chamada Análise Aplicada do Comportamento, valeria o mesmo raciocínio: o modo de examinar o mundo a ser alterado, que técnicas adotar para mensurar o comportamento alvo, por que adotar medidas comportamentais precisas, por que mudar o comportamento seria a essência desta ferramenta psicológica, e ainda, quais conceitos utilizar nessa leitura do mundo real, seriam todas práticas ligadas ou ao Behaviorismo Radical e/ou a Análise Experimental do Comportamento.

Atualmente, os terapeutas comportamentais discutem longamente em seus encontros de área a necessidade de realizarem um bom diagnóstico comportamental antes de qualquer intervenção planejada propriamente dita. O instrumento privilegiado a ser usado nessa tarefa seria a identificação de relações funcionais entre padrões de responder e certos aspectos ambientais identificáveis e, preferencialmente, manipuláveis. Note-se, porém, que estabelecer relações funcionais seria a principal tarefa dos pesquisadores no laboratório, e a tarefa nessa configuração particular de investigação experimental foi sugerida no âmbito da filosofia da ciência por autores como Mach e Bridgman (Lopes Jr., 1999).

Em suma, as três subáreas se entrecortam e mutuamente apontam caminhos a serem percorridos e como e por quê chegar até eles. Mas dizer que as três são interligadas seria insuficiente para a compreensão do que estaria interagindo. Tratar-se-á de descrever brevemente o que caracterizaria cada uma.

Parte III: O Behaviorismo Radical (BR)

O Behaviorismo Radical, ou como aqui sugerido simplesmente BR, foi definido várias vezes por Skinner, como já foi mencionado, como a filosofia de sua Ciência do Comportamento. Isso significa que as razões pelas quais uma ciência dessa natureza seria pretendida e justificada em seus pressupostos e objetivos seria objeto de uma subárea específica dentro desse arranjo mais amplo. Perguntas como “Seria tal ciência possível e necessária?”, “Poderia tratar de todos os aspectos da natureza humana?”, “Como descrever a origem e a natureza dos eventos psicológicos?” etc, seriam de responsabilidade dessa filosofia. Abib (2001) sugere que o Behaviorismo Radical não seria apenas a filosofia de uma Ciência do Comportamento. Seria para ele sim, uma filosofia da ciência, pois teria pretensões de ir além do seu âmbito estritamente psicológico e teria o que dizer sobre a natureza, produção e legitimação do próprio conhecimento científico. A sugestão faz muito sentido se for levado em conta que Skinner entrou para a Psicologia com grande interesse em epistemologia e inclusive tomou conhecimento da proposta de Watson através da leitura de um texto de Bertrand Russell sobre a noção de significado (Skinner, 1979). Fora o aspecto histórico que explica um pouco da origem da área de investigações estabelecida por Skinner, as áreas de controle de estímulo e de efeitos da conseqüenciação, em especial da conseqüenciação contígua, produzindo os chamados comportamentos “supersticiosos”, vêm já sendo exploradas com interesse epistemológico, como em Baum (1994/1999), Barba (2001) e Dawkins (1998/ 2000), por exemplo.

Abib (2001) não pára por aí; amplia ainda mais o alcance dessa filosofia ao afirmar que o Behaviorismo Radical seria uma filosofia do comportamento humano, em todos os seus aspectos. Sendo assim, estaria habilitado a debater temas amplos e centrais na cultura como a linguagem, a política, a ética, a arte e a natureza humana, por exemplo.

Quando Skinner diferencia a sua versão de Behaviorismo, Radical, da defendida por Boring & Stevens, Metodológico, o que está centralmente em jogo é a concepção de ciência e suas implicações para uma ciência psicológica. Como conciliar uma rigorosa investigação científica nos moldes

das ciências naturais com a incorporação de problemas clássicos da filosofia, como a natureza e origem da privacidade humana? Que lugar seria reservado aos eventos ditos “subjetivos”, aos quais, por definição, ninguém mais teria acesso direto a não ser o próprio indivíduo? Ao conceber uma forma muito particular de operacionismo, Skinner e o seu Behaviorismo Radical acabaram podendo incorporar os fenômenos subjetivos sem precisar adotar as explicações tradicionais, mentalistas, para eles. Com isso, as proposições comportamentais de Skinner não se afastam dos eventos concretos tradicionais da Psicologia, como foram forçados a fazer os behavioristas metodológicos e seu critério de verdade por consenso público, e dão ao Behaviorismo uma perspectiva mais ampla de possibilidades (Baum, 1999; Matos, 1999; Tourinho, 1999).

Parte IV: A Análise Experimental do Comportamento (AEC)

A Análise Experimental do Comportamento, ou simplesmente AEC, é a subárea encarregada de conduzir a produção e validação de dados empíricos em uma ciência autônoma do comportamento. Apesar de formalmente ter surgido com os trabalhos de Skinner que culminaram na publicação em 1938 do “The Behavior of Organisms” (“O Comportamento dos Organismos”), Millenson (1967/1975) sugere a existência de uma longa linhagem de pesquisas empíricas, que passariam pela tradição fisiológica de investigação do reflexo até autores como Darwin, Romanes, Watson e Thorndike. Parece razoável supor que o conjunto de trabalhos listados e descritos por Millenson (1967/1978) façam parte mais do contexto histórico que permitiu o surgimento de uma Ciência do Comportamento nos moldes skinnerianos e não a disciplina em si mesma. Assim, tratar-se-á a Análise Experimental como elaborada por Skinner (1938/1966). Iniciar pela decomposição do nome “Análise Experimental do Comportamento” parece ser útil.

O termo “Análise” explicita que o objetivo dessa ciência está estreitamente vinculado a uma tradição reducionista e indutiva, ou seja, acessar inicialmente o todo complexo pela investigação minuciosa de suas partes. Obviamente, trata-se apenas de um primeiro passo na investigação. A finalidade dessa ciência não é separar e manter os aspectos estudados eternamente separados

e desconectados em sua simplicidade cômoda, mas pouco realista. Trata-se de uma opção metodológica com fins claros e data de vencimento definida. Avançar gradativamente rumo ao complexo é o objetivo final, e fazer isso significa ampliar o número de variáveis estudadas e entender como se dá a interação entre o maior número possível desses eventos. O comportamento é um sistema complexo e precisa ser compreendido enquanto tal. Há uma esmagadora quantidade de variáveis a se considerar, mas ainda assim é possível identificar regularidades na complexidade. A Meteorologia lida igualmente com um gigantesco e mutante conjunto de variáveis afetando o seu objeto. Uma previsão razoável do clima exige o manuseio de enormes quantidades de informações das mais variadas, da temperatura ambiente à composição química das nuvens, e tudo deve ser atualizado constantemente.

Computadores de altíssima capacidade de memória e velocidade no processamento de informações são usados. Um sistema contínuo de alimentação e interpretação de dados é essencial. As regularidades são descobertas, e a previsão se torna cada vez mais precisa. O comportamento humano não exige a adoção de um paradigma diferente de ciência. É preciso sim ampliar o conhecimento das variáveis que afetam o sistema inteiro e a criação de técnicas e tecnologias capazes de alimentar constantemente um banco de informações a ser usado na previsão de eventos comportamentais particulares. O problema da imprevisibilidade do comportamento não é uma questão da natureza supostamente especial do fenômeno, mas dos limites do conhecimento atual sobre ele. O determinismo assumido não é o absoluto, mas sim, o probabilístico (Skinner, 1953/1965; Bacharach, 1965/1975).

Mas o percentual de erro não seria gerado por inexplicáveis características intrínsecas ao objeto, como o apelo equivocado ao princípio da incerteza de Heisenberg (para uma crítica aos abusos desse princípio da física nas ciências humanas, ver Marx e Hilix, 1963/1993 e Sokal e Bricmont, 1999). As barreiras estão na pesquisa (método e momento da organização teórica) e não no objeto, e por isso podem ser superadas com trabalho e criatividade. O termo “Experimental” diz respeito à produção do conhecimento de forma empírica que adota um planejamento de manipulação de variáveis em um contexto controlado e deliberadamente simplificado e artificial. Identificar relações

funcionais equivaleria a identificar que variáveis antecedentes e conseqüentes afetariam, e como, a frequência de uma classe de respostas. O comportamento operante assume um caráter quase onipresente nas pesquisas experimentais realizadas por analistas do comportamento. A relação é tão estreita que Catania e Harnard (1988) definiram o Behaviorismo de Skinner como “Behaviorismo Operante”. Note-se que a restrição “experimental” é apenas aparente. Há outras formas legítimas de conduzir uma investigação empírica sobre o fenômeno comportamental, e Skinner (1953/1965) identificou várias dessas alternativas, inclusive pesquisas de campo nas quais a manipulação precisa de variáveis selecionadas previamente não seria possível. A experimentação aqui ganharia um papel de “método ideal” em uma Ciência do Comportamento, mas não teria a ambição de ser o único modo de apreender as regras de funcionamento da ação dos organismos.

Note-se, assim, que há amplas possibilidades de pesquisa empírica fora dos limites do laboratório, desde observações sistemáticas do comportamento em ambiente natural na busca de regularidades (mas sem a manipulação de variáveis) até procedimentos de coleta em contextos semi-experimentais, como em certas instituições educacionais e terapêuticas (para uma relação completa das fontes de dados sobre o comportamento, ver Skinner, 1953/1965). A última fração seria “do Comportamento”. Aqui fica explicitado qual o objeto de estudo a ser alvo da “Análise Experimental”. O comportamento em si mesmo seria o legítimo objeto a ser examinado e desvendado. Comportamento, por sua vez, seria a interação entre um organismo, fisiologicamente constituído como um equipamento anatomofisiológico, e o seu mundo, histórico e imediato.

Os diversos intercâmbios entre o organismo e o seu mundo seriam tratados aqui por “comportamento” ou “ação”. Note-se que um intercâmbio desse tipo pode possuir diferentes dimensões que não simplesmente um “movimento” ou um “deslocamento” (como o próprio Skinner sugere algumas vezes. Ver, por exemplo, Skinner, 1938/1966 e 1968b). Na tradição fisiológica, a palavra comportamento foi associada à dimensão observável dos movimentos de partes do corpo, como o “andar em direção ao carro”, mas o termo pode ter sentidos mais amplos. “Falar” e “pensar” são atividades do organismo em seu intercâmbio com seu contexto, mas não guardam dimensões de

“deslocamento”. Qual a parte do corpo que “se desloca” dentro de um quadro de referência quando alguém resolve um problema de matemática com o apoio de auto-descrição de regras? Qual o “movimento” em relação a um quadro de referência externo envolvido no “ver” e no “ouvir”? São todas formas de intercâmbio com o mundo, e uma taxonomia dessas diversas atividades talvez pudesse ajudar na elucidação do que seria “comportamento”, já que o termo não seria monolítico e exigiria a identificação de seus diversos componentes (para uma discussão mais longa do termo, ver De Rose, 1999, Matos, 1999 e Matos e Tomanari, 2002).

Parte V: A Análise Aplicada do Comportamento (AAC)

Na Análise Aplicada do Comportamento, ou simplesmente AAC, estaria o campo de intervenção planejada dos analistas do comportamento. Nela, estariam assentadas as práticas profissionais mais tradicionalmente identificadas como psicológicas, como o trabalho na clínica, escola, saúde pública, organização e onde mais houver comportamento a ser explicado e mudado. Nessas áreas, há uma exigência por resultados e uma relação diferente da acadêmica que, por vezes, torna a produção de conhecimentos metodológica e eticamente delicadas (Luna, 1999).

Ainda assim, é possível pensar em gerar problemas de pesquisa (inclusive para as demais subáreas, como a conceitual e a experimental), e, dentro de certos limites, implementar a construção do corpo explicativo de princípios comportamentais pela Análise do Comportamento buscada (Kerbaui, 1999). De fato, essa subárea teria pelo menos duas funções vitais: (1) manter o contato com o mundo real e alimentar os pesquisadores na área com problemas comportamentais do mundo natural e (2) mostrar a relevância social de tais pesquisas e justificar sua manutenção e ampliação da área como um todo.

Como uma ciência baconiana, não contemplativa, a Análise do Comportamento tem compromissos de melhoria da vida humana e o seu braço aplicado pode funcionar como um eficiente aferidor das conseqüências práticas prometidas. Além disso, a produção de tecnologia também tem caráter epistemológico, pois, em tese, uma teoria que fosse capaz de descrever o funcionamento de

um evento com mais acuidade e qualidade teria melhores condições de produzir alterações mais precisas sobre esses mesmos eventos. A batalha de Skinner contra o Mentalismo, em grande parte das vezes, tomou esse formato e um dos critérios que o autor defendia para avaliar a veracidade maior das asserções feitas pelos analistas do comportamento sobre os fenômenos comportamentais estaria em sua capacidade de gerar uma efetiva tecnologia comportamental (Carvalho Neto, 2001). Note-se, mais uma vez, que as subáreas estariam estreitamente vinculadas, e toda separação teria um caráter didático e artificial.

O que não significa que elas funcionem tão azeitadas como poderia sugerir o trabalho de Tourinho (1999), mas simplesmente que o seu futuro, enquanto prática cultural, dependeria exatamente dessa melhoria nas interfaces.

REFERÊNCIAS

entendendoautismo.com.br › o-que-e-aba-e-quais-suas-caracteristicas>acesso em agosto de 2018

<https://www.folhamax.com> › cidades › tangara-garante-atendimentos>acesso em agosto de 2018

<https://neuroconecta.com.br> › analise-do-comportamento-aplicada-aba>acesso em agosto de 2018

<https://neuroconecta.com.br> › analise-do-comportamento-aplicada-aba>acesso em agosto de 2018

<https://www.comportese.com> › topico › aba>acesso em agosto de 2018

<https://pt.scribd.com> › document › Aba-Analise-de-comportamento-aplicada>acesso em agosto de 2018

<https://pt.wikipedia.org> › wiki › Behaviorismo>acesso em agosto de 2018

<https://pt.slideshare.net> › iaraandrielecarvalho › anlise-do-comportamento>acesso em agosto de 2018

<https://www.passeidireto.com> › arquivo › analise-do-comportamento-aplicada>acesso em agosto de 2018

www.faace.ufscar.br › arquivos › Livro_Contribuições_da AC_a_Prática_Educativa>acesso em agosto de 2018

<https://www.ebah.com.br> › ABAAAAXqkAl › analise-comportamento>acesso em agosto de 2018